

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCOS PONCIANO DA SILVA

**SUJEITOS E BASTIDORES DO INSUCESSO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE
ARAPIRACA, ALAGOAS (2003)**

SÃO CRISTÓVÃO
2023

MARCOS PONCIANO DA SILVA

**SUJEITOS E BASTIDORES DO INSUCESSO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE
ARAPIRACA, ALAGOAS (2003)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História, na Área de concentração Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa

SÃO CRISTÓVÃO
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Silva, Marcos Ponciano da.
S586s Sujeitos e bastidores do insucesso da criação da Diocese de
Arapiraca, Alagoas (2003) / Marcos Ponciano da Silva; orientador
Antônio Lindvaldo Sousa. – São Cristóvão, SE, 2023.
88 f.: il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de
Sergipe, 2023.

1. História. 2. Poder (ciências sociais). 3. Igreja e imprensa. 4. Cartas.
I. Sousa, Antônio Lindvaldo, orient. II. Título.

CDU 930.2:27(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

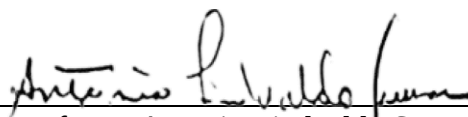
Ata de Defesa da Dissertação de
Mestrado do aluno **MARCOS
PONCIANO DA SILVA**, em 30 de
agosto de 2023.

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às nove horas, realizou-se, por meio plataforma virtual Google Meet, nos termos da Portaria no 413 de 27/05/2020, a sessão de defesa de Dissertação: **SUJEITOS E BASTIDORES DO INSUCESSO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE ARAPIRACA, ALAGOAS (2003)** apresentada pelo aluno **MARCOS PONCIANO DA SILVA**, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de **MESTRE EM HISTÓRIA**, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Augusto da Silva, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. A Banca Examinadora foi composta pelo Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa (PROHIS/UFS), orientador do candidato e Presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Marcos Silva (PROHIS/UFS), Examinador Interno, e Profa. Dra. Tatiane Oliveira da Cunha, Examinadora Externa. Declarada aberta a sessão, o Presidente concedeu a palavra ao candidato para que fizesse a apresentação de sua Dissertação. Ao término da apresentação, o presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora que iniciaram a arguição. Ao término de cada arguição, o Presidente da Banca Examinadora concedeu a palavra ao candidato para que respondesse a arguição feita pelos membros da Banca Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, o Senhor Presidente, juntamente com os membros da Banca Examinadora e na ausência do candidato, deu início à avaliação e redação do parecer final, tendo sido atribuída ao candidato a seguinte menção: (x) APROVADO ou () REPROVADO. Em seguida, a banca emitiu um breve parecer sobre a avaliação geral do trabalho do aluno **MARCOS PONCIANO DA SILVA**, a saber: o discente deverá refazer a dissertação no tocante a formatação do trabalho e, sobretudo, incluir, em anexo, os comprovantes dos termos de consentimento dos entrevistados e substituir os nomes das pessoas citadas como vítimas – menores de idade na época – por nomes fictícios. Estas modificações deverão ser justificadas em nota de rodapé do citado trabalho.

O Presidente da banca examinadora proclamou o resultado ao candidato **MARCOS PONCIANO DA SILVA, MESTRE EM HISTÓRIA**. Não havendo mais nada, o Presidente encerrou a sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, Augusto da Silva, secretário *ad hoc* do PROHIS, a qual assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, 30 de agosto de 2023.

Augusto da Silva
Secretário *ad hoc* do PROHIS

45
46
47
48
50



Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Marcos Silva
Examinador Interno

52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62

Documento assinado digitalmente



TATIANE OLIVEIRA DA CUNHA
Data: 31/08/2023 15:41:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Tatiane Oliveira Cunha
Examinadora Externa

Marcos Ponciano da Silva
Mestrando

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação de enfrentamento entre o bispo e o padre da Diocese de Penedo-AL, bem como a sua possível influência na não concretização da elevação da cidade de Arapiraca-AL à categoria de diocese, em 2003. A pesquisa está estruturada em três capítulos: “Precisa silenciar logo”, “O movimento pró-diocese de Arapiraca” e “O desfecho da trama”. Iniciamos a narrativa com destaque para um *e-mail* enviado entre clérigos da Diocese de Penedo, no qual se critica o vazamento da notícia sobre a criação da diocese em Arapiraca, que não agradou às autoridades, solicitando sigilo. Essa situação nos leva a explorar as relações de poder presentes no contexto, utilizando como referência teórica as ideias de Pierre Bourdieu. Ao longo da pesquisa, buscamos identificar o autor do *e-mail* e discutir o conceito de “acontecimento”, valendo-nos das contribuições teóricas de François Dosse. A reflexão acerca do acontecimento nos leva a compreender a relação entre memória, silêncio e história, embasados nas ideias de Loiva Otero Félix. Para entender a complexidade do tema, aprofundamo-nos nas memórias fragmentadas encontradas no *e-mail* e nas entrevistas de história oral realizadas. Seguindo Carlo Ginzburg, buscamos dar sentido aos pequenos detalhes para desvendar os principais motivos que geraram conflito interno na Igreja local e a desmotivação do grupo que trabalhava na formação da nova diocese de Arapiraca. A análise das determinações, posicionamentos e reações diante do envio e da leitura do *e-mail* serviu como base para a compreensão dos acontecimentos que envolveram a não concretização da diocese de Arapiraca, no ano de 2003. Ao final, apresentamos novas perspectivas sobre a relação entre os clérigos e suas influências na tomada de decisões eclesiais, contribuindo para o conhecimento sobre esse tema e para os estudos de história e da sociologia da religião.

Palavras-chave: Relações de poder. Igreja Católica. Arapiraca.

ABSTRACT

This work aims to analyze the confrontational relationship between the bishop and the priest of the Diocese of Penedo-AL, as well as its possible influence in the non-implementation of the elevation of the city of Arapiraca-AL to the category of diocese, in 2003. The research is structured into three chapters: “You need to silence soon”, “The pro-diocese movement of Arapiraca” and “The outcome of the plot”. We begin the narrative with emphasis on an email sent between clergy of the Diocese of Penedo, in which the leak of news about the creation of the diocese in Arapiraca is criticized, which did not please the authorities, requesting confidentiality. This situation leads us to explore the power relations present in the context, using Pierre Bourdieu's ideas as a theoretical reference. Throughout the research, we sought to identify the author of the e-mail and discuss the concept of “event”, using the theoretical contributions of François Dosse. Reflecting on the event leads us to understand the relationship between memory, silence and history, based on the ideas of Loiva Otero Félix. To understand the complexity of the topic, we delved into the fragmented memories found in the email and oral history interviews conducted. Following Carlo Ginzburg, we seek to make sense of the small details to uncover the main reasons that generated internal conflict in the local Church and the lack of motivation in the group that worked on the formation of the new diocese of Arapiraca. The analysis of the determinations, positions and reactions to the sending and reading of the e-mail served as a basis for understanding the events that involved the non-completion of the diocese of Arapiraca, in 2003. In the end, we present new perspectives on the relationship between clerics and their influence on ecclesiastical decision-making, contributing to knowledge on this topic and to studies of history and sociology of religion.

Keywords: Power relations. Catholic church. Arapiraca.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Monsenhor Luiz Marques Barbosa.....	31
Figura 2 - Professor Pereira e esposa.....	31
Figura 3 - Dom Valério Breda.....	31
Figura 4 - Deputado Ricardo Nezinho.....	31
Figura 5 - Mapa do Regional Nordeste 2 da CNBB. Consta a Província eclesiástica de Alagoas.....	37
Figura 6 - Dom Jonas Araújo Batingas.....	37
Figura 7 - Dom Fernando e o papa João Paulo II.....	38
Figura 8 - Dom Felício Vasconcelos.....	38
Figura 9 - Dom Constantino Luers.....	38
Figura 10 - Mapa de pessoas declaradas católicas no perímetro diocesano de Penedo com base no IBGE 2010.....	39
Figura 11 - Gráfico da população de Arapiraca por religião.....	39
Figura 12 - Praça Manoel André na década de 90.....	40
Figura 13 - Igreja do Santíssimo Sacramento.....	40
Figura 14 - Concatedral de Nossa Senhora do Bom Conselho.....	41
Figura 15 - Mapa de Alagoas.....	42
Figura 16 - Feira de Arapiraca na rua do comércio, atual Praça Manoel André.....	43
Figura 17 - Mapa das principais rodovias do estado que passam pela cidade.....	44
Figura 18 - Professor Pereira sendo homenageado no Cesmac.....	52
Figura 19 - Monsenhor Luiz Marque Barbosa.....	55
Figura 20 - Monsenhor Luiz Marques, Pe. edilson Duarte e monsenhor Raimundo....	70
Figura 21 - Cópia do e-mail enviado ao monsenhor Luiz Marques.....	70
Figura 22 - Notícia sobre a criação da diocese de Arapiraca.....	71

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	“PRECISA SILENCIAR LOGO”	13
2.1	Ato de correspondência	14
2.2	A era do e-mail	16
2.3	A Igreja católica e a imprensa	17
2.4	As correspondências entre os clérigos	18
2.5	O acontecimento	19
2.6	Memória	21
2.7	O tipo-ideal de padre	23
2.7.1	O modelo imaginário	24
2.7.2	O modelo póstumo: o bispo	25
2.7.3	Há fé, há poder	27
2.7.4	O bispo	27
3	O MOVIMENTO PRÓ-DIOCESE DE ARAPIRACA	31
3.1	O Professor Pereira	51
3.2	O Monsenhor	52
4	DESFECHO DA TRAMA	55
4.1	A ordem é para silenciar!	56
4.2	A desobediência do monsenhor	58
4.3	Os escândalos de pedofilia	59
4.4	Os padres pedófilos em Arapiraca- AL	67
4.5	O e-mail	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	78
	FONTES CONSULTADAS	80
	ANEXOS	81
	ANEXO A – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS - JOSÉ PEREIRA NETO	81
	ANEXO B – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS - VALÉRIO BREDA	82
	ANEXO C - CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS - RICARDO NEZINHO	83

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação, um professor disse que não há temática melhor a se dedicar na pesquisa que não seja aquela que lhe causa prazer, que se tenha contato e que, de fato, seja atrativa para ser pesquisada pelo graduando. Confesso que quando chegou minha vez de decidir, preferi evitar esse conselho, mas fui sucumbido pela necessidade da circunstância.

Para todo caso, sempre quis pesquisar sobre algo que envolvesse a atuação da Igreja Católica. Almejei fazer este trabalho com questões que envolvem as políticas do Estado, contudo, verifiquei que uma pesquisa desse porte resultaria em uma grande demanda: tempo, viagens e fontes; uma vez que não teria acesso às fontes de investigação em minha cidade local. Como estava no último ano da graduação, precisava, urgentemente, escolher sobre qual temática iria me debruçar. Assim, as circunstâncias do momento me fizeram optar por essa pesquisa.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que essa escolha não ocorreu somente de forma circunstancial, mas, sobretudo, a partir da minha identificação e do meu contato com a temática. O elo que me ligava estava atrelado à experiência religiosa vivida, quando adolescente, pois fui coroinha da matriz da cidade, na Concatedral de Nossa Senhora do Bom Conselho. Ao longo desse período, presenciei conversas e discussões no interior da igreja sobre a temática que será apresentada. Por um tempo, evitei falar sobre essas questões, em decorrência do silenciamento imposto a essa história, mas notei que havia elementos fundamentais que precisavam ser explorados.

Nesse contexto, dediquei-me a buscar pistas ou possibilidades que permitissem uma aproximação com o ocorrido, em um momento histórico específico e que tem perpetuado até o presente. Não considero que este trabalho foi uma aventura, visto o grau de dificuldade e as barreiras que eu encontrei durante o percurso: não foi uma tarefa fácil encontrar elementos ou pessoas integrantes das ações pró-diocesanas após 15 anos.

O primeiro passo foi procurar, no arquivo diocesano, algum documento que pudesse fazer menção ao ocorrido, no entanto, até o presente momento, não recebi nenhuma resposta do arquivo diocesano de Penedo autorizando a visita. Como é de conhecimento de quem precisa coletar alguma informação da Igreja particular diocesana de Penedo - particular porque na esfera administrativa da Igreja, cada diocese ganha esse aspecto devido as suas particularidades e a forma de governança de cada bispo, sendo ele o administrador maior -, é quase que impossível conseguir um retorno, pois o sigilo é a principal maneira de manter os templos e os clérigos locais em pé.

Após essa tentativa, fui em busca de pessoas que participaram desta discussão, a saber, o bispo da época. Diferentemente do que ocorreu com a falta de retorno da igreja para acessar certos arquivos, o bispo cedeu um pouco do seu tempo para relatar como ocorreram as manifestações em prol da finalidade de Arapiraca ser sede de uma 4ª diocese, no estado de Alagoas. A entrevista com este representante religioso foi de suma importância para refletir sobre possíveis motivadores dessa ação.

Em seguida, o deputado estadual Ricardo Nezinho, apontado como representante político local que auxiliou no processo de mobilização da classe política na discussão e no planejamento da questão, concedeu uma entrevista. Esse material é fundamental para que possamos compreender as motivações além do âmbito da fé, expandindo-se nas relações políticas e econômicas da comunidade.

As discussões presentes em cada entrevista foram essenciais para encontrar os integrantes e conversar com cada um deles. Nessa sequência, conseguimos contatar José Pereira Neto, o professor Pereira, que mesmo fora da cidade de Arapiraca cedeu uma gravação sobre a temática e se dispôs a prosseguir no que fosse preciso. A partir da sua fala, verificamos que ele apresentava certo entusiasmo, não apenas por convicções da fé, mas também por acreditar que a cidade de Arapiraca pudesse ir além nos aspectos considerados importantes: economia, política e religião.

Esse processo de coleta de informações, a partir das entrevistas com o bispo, o deputado e o professor, ocorreu sem maiores dificuldades. No entanto, nesse enredo faltava uma quarta pessoa que foi o monsenhor Luiz Marques Barbosa. Deparamo-nos com algumas barreiras, em virtude da idade avançada, e principalmente, pelo período pandêmico ocasionado pela Covid-19. Apesar disso, conseguimos conversar com o padre, que se colocou à disposição e colaborou fornecendo documentos produzidos na época que iniciou a comissão de pró criação diocesana de Arapiraca.

As entrevistas possibilitaram a realização desta pesquisa que apresenta um caráter inédito, uma vez que, até o presente momento, não foi encontrado nenhum material acadêmico que caminhasse em direção a essa temática. Portanto, acreditamos que esta pesquisa merece crédito devido à peculiaridade do assunto e porque se debruça sobre um contexto conturbado, abordando personalidades polêmicas da cidade e da instituição católica, nos eventos de 2010: pedofilia praticada por padres. Obviamente, este não é o objetivo principal da pesquisa, mas estes eventos podem apresentar relações com os fatos anteriores, os quais pesquisamos, além de tratar do vínculo de autoridades.

Nesse cenário, é importante destacar que esses personagens apresentam perfis sociais diferentes: padre, leigo e deputado, e todos desempenharam papéis importantes no movimento pró-diocese de Arapiraca-AL. É evidente que, para tal conjuntura, a participação de um padre conduzindo esses interesses ganha força na discussão. Quanto ao deputado, segundo os documentos da Instituição católica, ele é responsável pela lei complementar nº 27, de 30 de novembro de 2009, que cria a Região Metropolitana do Agreste, tendo como sede Arapiraca. Essa questão nos leva a refletir sobre quais são as influências desse representante e se isso proporcionou algum tipo de vantagem.

Cabe ressaltar que essa discussão não é simples, ou algo que represente apenas uma questão religiosa: ser ou não ser diocese, mas refletir sobre o que há por trás desta constituição, além de compreender quais elementos contribuem para que Arapiraca continue submissa à diocese de Penedo, mesmo havendo um movimento com tal finalidade. O que ocorreu para que esse movimento não fosse concretizado? Interesses particulares? Disputas de autoridades religiosas? Assim, esperamos que esta pesquisa leve os leitores a perceberem que existe uma esfera além da fé e que é desconhecida por fieis e pela sociedade em geral.

A ação deste trabalho, como diz Carlo Ginzburg (1989, p. 145), “[...] é comparável ao detetive que descobre o autor do crime [...] baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”. Pode ser que estes fatos sejam irrelevantes para alguns, contudo, apresentam-se como evidências de ações políticas e religiosas de um grupo, inicialmente pequeno, mas que movimentou interesses diversos.

Os questionamentos apresentados serão respondidos a partir do “[...] método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave” (GINZBURG, 1989, p. 149). Pretendemos, pois, visibilizar vozes que, muitas vezes, são marginalizadas e excluídas da história.

O historiador possibilita retomar essas narrativas a partir de sua memória seletiva, visto que estamos entre o dilema histórico do dito e do não dito, em que verificamos uma relação de poder. Dito isso, surge o seguinte questionamento: o que torna aquela memória superior às demais para ser transmitida e as demais negadas? Conforme aponta Certeau (1982),

Por sua vez, cada tempo “novo” deu lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu, recebendo um “passado” já marcado pelas rupturas anteriores. Logo, o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas). O trabalho determinado por este corte é voluntarista. No passado, do qual se distingue, ele faz

uma triagem entre o que pode ser “compreendido” e o que deve ser esquecido para obter a representação de uma inteligibilidade presente (CERTEAU, 1982, p. 15).

Esse corte é determinado pelo historiador, devido a sua capacidade de compreensão metodológica, e por ter uma postura marcada de intencionalidade, a fim de representar versões do fato ou apresentá-lo tal qual. Em consonância com esse pensamento, Reinhart Koselleck dizia que o passado é um prolongamento do presente, ou seja, o que é o passado, na verdade, era o presente do sujeito naquele tempo e aqui está a importância da memória, pois ela pode ser evidenciada pelos traços, indícios e testemunhas.

Essa compreensão reforça a importância das entrevistas realizadas nesta pesquisa, pois elas se configuram como revelações de uma memória que é subjetiva, seletiva e que nos levam a uma narração particular sobre recordações de um dado momento.

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (D’ ASSUNÇÃO, 2016, p. 47).

Conforme pontua José D’Assunção, essas experiências são levadas em consideração na busca pelo esclarecimento do passado e do presente. Essa construção se dá na importância que se tem a narrativa que parte da análise pessoal sobre o fato e a realidade, e a memória que permite a atualização e o não congelamento da história.

Na primeira seção desta dissertação, intitulada de “Precisa silenciar logo”, apresentamos uma maneira diferente de acessar essa temática por meio da nossa trama, possibilitando uma ampliação de olhares, a fim de perceber certos detalhes que fazem parte desse contexto e que eram despercebidos. Discutimos sobre como os clérigos se comunicavam e como o envio de uma mensagem se tornou um acontecimento, caracterizando o envolvimento de integrantes do movimento pró-diocese à construção memorial da diocese.

Com base nisso, conseguimos analisar de que maneira a Igreja deseja (e exige) que seus representantes se apresentem à sociedade. Ainda, discutimos sobre as condutas sacerdotais e analisamos o comportamento do bispo diocesano naquela época.

Toda a trama foi construída no cenário eclesial, entre membros da instituição católica, com cargos e funções consideradas relevantes. Devido a essa significância dos personagens, a mensagem não pode ser considerada comum devido à forma e aos termos utilizados. Por isso, é preciso considerar o cenário onde tudo aconteceu e os motivos que constituem os argumentos

expostos na escrita da mensagem. Essas informações serão apresentadas na segunda seção desta pesquisa, intitulada “O movimento Pró-diocese de Arapiraca”.

Em vista disso, apresentamos o local em que os personagens se encontram, suas posições de poder perante a instituição, atividades desempenhadas que configuram um alerta para o que pode acontecer com a realidade local, bem como discorrer sobre a figura do padre que dialoga com o bispo através do *e-mail* - ferramenta moderna para época que desenrola a trama. Ademais, contamos com a colaboração de outro personagem que integrou o projeto de criação diocesana, o professor Pereira.

Ainda, na segunda seção, apresentamos a história por um viés diferente do que foi exposto na primeira seção. Trata-se, pois, de um movimento necessário, visto que o *e-mail* possui um remetente e um destinatário, sendo assim, devemos abrir espaços para conhecer as duas versões da história. Finalizamos esta seção com a apresentação do monsenhor, que tem um papel significativo nesse acontecimento.

A terceira e última seção, intitulada de “O desfecho da trama”, permite-nos reconhecer o que, de fato, ocasionou o arquivamento deste e-mail, e o silenciamento frente a ele, material este que representa o ponto fulcral desta pesquisa.

2 “PRECISA SILENCIAR LOGO”

Após o almoço, por volta das 13h51, um *e-mail* é endereçado ao padre da paróquia de São José, na cidade de Arapiraca, no estado de Alagoas. Era o dia dois do mês de maio do ano de 2003, uma sexta-feira. A mensagem foi enviada pelo bispo da diocese. Esse eclesiástico ficou sabendo que a notícia da criação de uma nova diocese já estava aos quatro cantos do país.

. . .

O título e a narrativa acima foram elaborados a partir das fontes obtidas no desenvolvimento desta pesquisa, tal narrativa impulsiona várias indagações, uma delas diz respeito à identificação das personagens. A primeira informação apreendida é a de que um bispo enviou um *e-mail* a um padre. Mas quem são eles? As fontes consultadas nos ajudam a compreender cada um dos sujeitos?

Algumas indagações caminham em direção às atitudes desses dois personagens, principalmente do primeiro. O que podemos apresentar sobre a ação do bispo ao enviar esse *e-mail*? Por que essa mensagem foi enviada? A narrativa apresentada se refere ao que o bispo ficou sabendo sobre a divulgação da notícia da criação da diocese que chegou aos ouvidos de

muitos. Mas por que essa apreensão? Não poderia essa notícia ser divulgada? A narrativa é reticente sobre essa apreensão, e também nada sabemos sobre a reação do padre. As reticências, ou melhor, os não ditos nos conduzem para o terreno das relações de poder.

O título oferece uma sutil pista: o que significa dizer “*Precisa silenciar logo?* No dicionário Michaelis, o termo “silenciar” se refere a impor silêncio, a calar. Essa explicação fica ainda mais completa quando nos aproximamos do vocábulo “logo”, presente na mesma frase. Essa sentença leva a crer que o primeiro personagem desejava impor um silêncio imediato. Além disso, devemos compreender que esse *e-mail* pode ser uma peça importante para a análise de um possível conflito e/ou confronto com o padre, discussões que traremos mais à frente, a partir da temática “Memória, esquecimento e história”.

Essas primeiras pistas nos conduzem a pensarmos sobre o personagem bispo. Poderíamos começar com o sujeito padre, apontando sua reação e, sobretudo, desvendando o que estava em jogo nesse silêncio cobrado pelo eclesiástico. Esse caminho é abreviado e muito simplório. O enredo que escolhemos, inicialmente, parte da identificação de quem mandou o *e-mail*. Antes mesmo de trilharmos possíveis respostas sobre a primeira personagem, decidimos discutir um pouco sobre as questões relacionadas à correspondência na História, anterior à descoberta da imprensa e até a era da tecnologia, no século XX.

A categoria “acontecimento” é outro passo que tomamos na construção deste nosso enredo. Isso nos leva a problematizar a ideia de que o acontecimento é uma fabricação, ou seja, alguém deu sentido a esse tempo. Por essa via de raciocínio, discutiremos a relação entre memória, silêncio e história, a fim de promover um debate sobre as “causas perdidas da história”, conforme apontam Walter Benjamin e Carlos Ginzburg.

Após esse debate, assumimos que o registro do citado *e-mail* é um fato intencionalmente selecionado, nesta pesquisa, de forma consciente e proposital. Em seguida, optamos em restituir alguns sentidos aos pequenos fiapos dessa memória fragmentada, presentes nesse *e-mail* e espalhadas nas entrevistas que realizamos.

Neste momento, expomos a primeira versão sobre esse fato, ou seja, a do bispo. Para isso, é necessário que adentremos na compreensão eclesiástico como um “tipo ideal de eclesiástico”, expressão que será discutida adiante.

2.1 Ato de correspondência

Segundo o dicionário Michaelis, o termo *correspondência* significa uma “troca de cartas, mensagens, telegramas etc. entre pessoas”, ou seja, precisa haver remetente e

destinatário. Para que haja uma comunicação segura e verdadeira, é necessário que conte com, no mínimo, dois participantes que troquem ideias.

Escrever é um ato de deixar registrado, fazer-se ver e ser conhecido por quem lê. Nesse sentido, fica evidente quem redigiu a troca espontânea, pois se trata de uma exposição de si, “[...] algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro: ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A carta faz o escritor ‘presente’ aquele a quem dirige” (FOUCAULT, 2002, p. 149).

A carta é um testamento de si, porque as linhas são carregadas de personalidade. A leitura do que foi escrito é uma exibição de quem é o escritor e para quem é destinado. Nessas correspondências são transferidas informações cada vez mais pessoais e íntimas, num dar-se a ver como nos sugere Michel Foucault (SOUSA, 2008).

A missiva foi um dos recursos mais utilizados para que o ser humano pudesse fazer contato com quem estivesse longe. A carta, por séculos, proporcionou o contato entre as pessoas e minimizou a saudade dos familiares, por exemplo. Cada linha escrita era repleta de sentimentos, seja uma mãe que escrevia para o filho ou cartas de casais apaixonados, o sentimento atravessa a correspondência. Além dos sentimentos afetuosos, as cartas também possuem o potencial de transmitir raiva, ódio e até mesmo relações de poder.

As cartas eram usadas como documentos oficiais para as cortes e/ou como mensagem de ameaças políticas, ou seja, era um recurso que perpassou anos, fronteiras, povos e culturas e que não gerou apenas sociabilidades. As correspondências também se direcionaram ao campo dos conflitos e confrontos, pois o emissor desejava que as ordens fossem cumpridas. Em linhas escritas a punho, destinos eram traçados (GOMES, 2004).

Esse tipo de contato exigia paciência, pois levava muito tempo para que o seu objetivo fosse concluído. Afinal, uma simples carta levava horas, dias e até mesmo meses para que fosse lida e respondida. A mensagem passava pelo pombo-correio que percorria aproximadamente 160 km, levando a comunicação de uma cidade a outra (GOMES, 2004).

O navio também se tornou um veículo para facilitar a comunicação. Pensemos no período das grandes navegações (século XV e XVI), em que a única forma de transporte que interligava os continentes era a navegação. Em muitos navios, houve registros dos descobrimentos, controle de mercadorias, recolhimento de especiarias para chegarem até as cortes, etc. A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, Dom Manuel, trata-se de um bom exemplo (BURKE, 2002).

No século XVIII, surgiram as primeiras empresas de comunicação específica como marinhas e teleféricos que possibilitam a transmissão de mensagens entre as pessoas. No entanto, devido à criação da máquina impressora por Gutemberg, ainda no século XV, há uma transformação na forma de comunicação. A era da impressora, como aponta Peter Burke, foi um processo de inovação e “[...] sempre tem um aspecto positivo e um aspecto negativo [...] denominada ‘denovação’ em oposição a inovação”¹. Essa modificação interferiu na maneira como as pessoas passaram a se comunicar, o que foi perceptível a partir do surgimento de empresas que não faziam mais uso da tinta e do papel, mas sim da mensagem datilografada e enviada pelos telégrafos (BURKE, 2002).

O surgimento da impressora abriu as portas para um novo mundo das comunicações. Os avanços surgiram desde a criação de empresas como os Correios, maior empresa de envio de correspondências, agregando a carta escrita, a datilografada e até a entrega de objetos postados. No século XX, uma revolução modificou o mundo, no que diz respeito à forma de comunicação, transformando a vida dos seres humanos.

2.2 A era do e-mail

A era da informação em alta velocidade tem seu início durante a Guerra Fria, final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. A *internet* surgiu para atender a interesses militares estadunidenses, pois era os norte-americanos precisavam acessar as informações, de modo rápido, das pesquisas que estavam sendo realizadas nos centros de estudos avançados. Havia o interesse de conter os avanços tecnológicos da ex-União Soviética, uma vez que ela tinha acabado de lançar o satélite Sputnik. Naquela época, a codificação era complexa e não era um produto de alcance de todos (OLIVEIRA, 2007).

Por volta da década de setenta, a ferramenta que possibilitou a concretização de uma comunicação rápida e segura entre os centros de pesquisas e o Pentágono foi o *e-mail* (*eletronic mail*). Contudo, a propagação e a comercialização desse instrumento só aconteceu nos anos 80, concretizando-se no século XXI (OLIVEIRA, 2007).

A rede de comunicação, conhecida como *internet*, criou um universo dentro dessa esfera global; conseguiu impor uma nova realidade, interligando o intangível ao tocável, mas não por muito tempo, pois a *internet* fez com que o intangível se tornasse factual. A vida passou a ser o aqui e agora, não mais a espera para se concretizar. A espera passou a ser inimiga do desenvolvimento intelectual e econômico, o que tem provocado crises (BURKE, 2002).

¹ <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9854/11426>.

Essas metamorfoses provocaram alterações nas relações, deixando-as mais voláteis. O filósofo moderno Zygmunt Bauman conceitua esses vínculos sociais que provocam a não espera, o aqui e agora, como relações líquidas. A humanidade desacostumou do duradouro, do que pode levar dias para se concretizar. Superar, substituir, deletar e camuflar são ações constantes na contemporaneidade (BAUMAN, 1999).

Todavia, não podemos negar que esses avanços proporcionaram muito benefícios para a sociedade, sobretudo, no quesito da comunicação que está cada vez mais rápida e eficiente. O quanto se pode resolver situações através de um clique em uma tela 6.1. Fazer reuniões de casa sem precisar enfrentar congestionamentos e outros riscos, sem falar o quanto a tecnologia ajudou durante a pandemia da Covid-19, demonstrando-se como o melhor mecanismo de relação entre as pessoas.

A conversa instantânea faz com que não mais dependamos de um pombo-correio, que não haja atrasos e que ninguém precise bater à sua porta para lhe entregar uma carta. Tudo isso foi substituído pelo *e-mail*, basta você estar conectado à internet, por meio de um computador ou de um celular.

Nesse contexto, observamos que o *e-mail* acaba por desenvolver uma dupla função: aproximação e distanciamento ao mesmo tempo. A rapidez com que as coisas são resolvidas provocou um distanciamento das emoções, uma vez que, por mais que ele seja pessoal, não gera a emoção que uma carta transmitia.

O *e-mail* conquistou vários adeptos e começou a ser introduzido nos ambientes de trabalho. Assim, no ambiente eclesiástico, a adesão da informatização também se fez presente nas repartições administrativas.

2.3 A Igreja católica e a imprensa

Ao longo do tempo, os clérigos têm modificado sua maneira de enxergar e agir no mundo. Surgiram novas interpretações das relações dos comportamentos humanos que têm ligação com a adesão de novos recursos de comunicação.

No século XVI, a Igreja Católica não queria perder o controle sobre seus fiéis. Ela perseguiu, censurou e puniu todos que tivessem acesso às leituras de textos que considerava proibidos. Havia uma necessidade de controlar a sociedade, ditar as regras de sociabilidade e de comunicação (BURKE, 2002).

Com a invenção de Gutemberg, os eclesiásticos não enxergaram vantagens, pois esta daria autonomia para os seguidores lerem a bíblia por conta própria e fazerem suas próprias

interpretações sem precisarem de autoridades religiosas. Pouco tempo depois, no decorrer dos séculos, essa percepção começou a mudar, pois perceberam a utilidade da impressão. Uma delas foi a circulação da bíblia, como estava sendo feito pela vertente cristã protestante (SILVA, 2009).

A Igreja católica deu abertura, porém de forma comedida, às mudanças da época, após o Concílio Vaticano II - o maior evento de ruptura de estrutura e comportamento da Igreja católica (1962-1965). Verifica-se, portanto, uma mentalidade diferente perante a modernização no mundo, alegando que era necessário usar esses dispositivos (a comunicação) e, ao mesmo tempo, combatê-los. A Igreja passou a enfrentar um “bom combate”. Ocupou o espaço da imprensa leiga, elaborou textos críticos ao anticlericalismo, usou da tribuna da liturgia das missas para combater o que considerava o mau jornalismo e fundou aquilo que seria os bons jornais, dirigidos por padres ou leigos católicos, tudo a serviço da instituição religiosa (SILVA, 2009; PUNTEL, 2011).

2.4 As correspondências entre os clérigos

Com o advento da modernização da comunicação, faz-se necessário pensar: como se davam as comunicações entre os representantes da Igreja católica? como eles conseguiam se manter unidos em suas mensagens e objetivos temporários mesmo em territórios distantes?

As cartas se somaram aos jornais nesta engrenagem de comunicação da Igreja. Esse tipo de comunicação era algo constante entre todos os seguimentos da Igreja: padres, bispos, cardeais e papas trocaram uma infinidade de correspondências (COELHO, 2016).

A carta fez parte do cotidiano da Igreja Católica brasileira. Os bispos se comunicavam com o Vaticano, com o corpo sacerdotal e com os fiéis. Tratava-se de um grande instrumento de comunicação entre os clérigos, desde as que eram enviadas com orientações comportamentais, as ditas cartas pastorais, secretas, internas. Muitos padres trocavam correspondências entre si, nas quais revelavam seus pensamentos, intenções, atitudes, ódios, etc.

Nessa perspectiva, podemos observar que a cultura moderna também se alastrou na vida religiosa. A tecnologia se fez presente na comunicação entre clérigos, principalmente, no século XXI, momento no qual os padres e religiosos estão adentrando no mundo virtual. A orientação para o uso desse espaço, pouco a pouco, foi normalizada, conforme visualizamos a seguir:

[...] deveriam oferecer cursos para os vários grupos – ‘seminaristas, sacerdotes, religiosos, religiosas ou animadores leigos [...], professores, pais e estudantes, assim como uma formação mais avançada em tecnologia das comunicações, administração,

ética e questões políticas’ destinadas sobretudo a quem se prepara para o trabalho profissional no campo dos meios de comunicação social ou para cargos decisórios, ou pessoas que, pela Igreja, desempenham várias funções nas comunicações sociais (PUNTEL, 2011. p. 236).

Há um incentivo para que a Igreja Católica insira os religiosos no círculo da comunicação atual, não podendo negar a dimensão que os meios de comunicação atuais tomaram na vida das pessoas. Esse cenário tecnológico e revolucionário que essa instituição cristã assinalou, leva-nos a retomar a narrativa apresentada no início desta seção, pois os bispos passaram a se comunicar com os padres por meio das novas ferramentas de comunicação, como *e-mail*, sobretudo, a partir dos anos 2000.

Na narrativa por nós apresentada, o bispo expressou a sua insatisfação pela propagação de uma notícia que deveria ser mantida em sigilo. Essa propagação é fruto da rapidez característica do mundo tecnológico. A atitude de escrever para alguém traz bastante simbolismo, pois, por meio da escrita, transparecemos nossas crenças, quem somos e qual a nossa relação com o outro.

De acordo com Foucault (2002, p. 149) “[...] ‘dar-se a ver’ quando se escreve, pois você envia sabendo para quem, sabe com quem, compartilha informações, [...] mostra-se ao destinatário”, ou seja, na troca de *e-mail* entre o bispo e monsenhor, observamos uma relação de proximidade entre os personagens.

2.5 O acontecimento

Para ser considerada conhecimento, a história exige critérios de validação. As fontes são imprescindíveis, pois permitem aproximar-nos do que aconteceu. Os registros ajudam a verificar possíveis pistas para as interpretações e para a construção dos fatos.

O acontecimento é perceptível aos envolvidos, naquilo que foi gerado, nas evidências, no começo, meio e fim. Ele está presente na memória das pessoas que o vivenciaram, portanto, o papel do pesquisador é analisar os vestígios para construir o acontecimento, selecionando o que e como será contado. É impossível relatarmos o acontecimento tal qual ocorreu, porque o historiador não viveu aquela experiência, apenas rememora o acontecimento enquanto fato, ou seja, as lembranças de alguém, as ramificações e as heranças desse evento (DOSSE, 2013, p. 98).

Como podemos chegar mais próximo ao acontecido entre o bispo e o padre? Como entender esse *e-mail*?

Este processo deve ser iniciado a partir da construção do fato. O recebimento do *e-mail* é um fato de pequena monta e ele foi inserido numa narrativa como algo importante e que representa algo significativo. O conteúdo do *e-mail*, mesmo com poucas informações, contém indícios que há um caminho a ser tomado e nos orienta em uma direção.

Geralmente, os indícios são sempre desprezados, mas eles podem tomar outros direcionamentos. Nas comunicações atuais, nas mensagens de redes sociais, existem muitas informações breves e que contêm reticências, não ditos, silêncios.

A tarefa de pesquisar a partir de indícios, como diz Ginzburg (1989, p. 145), “[...] é comparável ao detetive que descobre o autor do crime [...] baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”. Para alguns, observar as entrelinhas pode ser considerado um movimento irrelevante, mas é uma evidência de que nada pode passar despercebido.

Nesse sentido, nenhum elemento pode ser desconsiderado da história, sendo papel do historiador partir dessa definições. Seu método de trabalho é “[...] interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave” (GINZBURG, 1989, p. 149).

Os indícios nos ligam a um passado vivido por outros sujeitos. Essa ligação se faz no nosso tempo, ou seja, retornar ao passado, mas com os pés no presente. De acordo com Koselleck, o passado é um prolongamento do presente e isso só é possível graças à memória, pois ela pode ser evidenciada pelos traços, indícios e testemunhas.

Essa conceituação nos leva a analisar o recurso que o historiador utiliza para fazer o seu trabalho e gerar conhecimento para a sociedade. O uso do conteúdo do *e-mail* necessita do diálogo com outras fontes. Uma delas é a entrevista de história oral, a qual consideramos como um recurso valioso no sentido de estarmos conversando com os sujeitos considerados testemunhas oculares do que ocorreu.

Ao falar sobre as suas experiências, a testemunha pode transmitir as suas impressões do passado, a sua versão da história. Através de sua memória, essa testemunha pode nos aproximar do acontecimento. Segundo D’ Assunção,

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (D’ ASSUNÇÃO, 2016, p. 47).

Os relatos dos entrevistados são considerados como um esclarecimento do passado e do presente. Essa construção se dá a partir da importância da narrativa pessoal sobre o fato, sobre a realidade, além da memória que permite a atualização da história. Diante disso, é importante frisar que a construção de um fato se dá pelo olhar detalhado do historiador, transformando a história vivida em história do conhecimento, visto que os eventos só passam a existir quando são considerados, “[...] nada mais [...] que o resultado de um raciocínio a partir de vestígios” (PROST, 2008. p. 67).

2.6 Memória

As entrevistas orais se configuram como a base desta pesquisa. Entrevistamos personagens do evento Pró-diocese de Arapiraca, movimento que teve uma ação significativa nos anos de 2003 e 2004. Essas entrevistas são essenciais para a nossa aproximação e interpretação do evento que criamos – damos importância - na narrativa apresentada no início desta seção.

Durante o século XX, surgiram algumas discussões que questionavam o uso da entrevista na história oral. Os historiadores a incorporaram a partir de uma série de mudanças com base na “prova histórica”, iniciada pela Escola dos Annales, ganhando maior destaque a partir dos anos 1970. Ela passou a ser entendida como uma das fontes que mais ajudam o historiador a entender a situação, o tempo vivido por homens e mulheres de carne e osso. Essa definição contribui para assegurar que a oralidade é uma memória, uma recordação, uma lembrança de fatos coletivos ou até mesmo particular. Jacques Le Goff aponta que

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (LE GOFF, 1990, p. 425).

A fonte oral não está isenta do processo de selecionar o que quer ser dito ou não dito, inclusive, no processo memorável, verificamos o esquecimento consciente. A memória seleciona o que ela deseja registrar, por isso que o esquecimento se faz presente nessa rememoração.

O passado não pode ser vivenciado como foi executado, somente visitado. Isso reverbera em fragmentações, pois “[...] a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLACK, 1992, p. 4). Portanto, o passado é sempre revisitado dentro do presente, sendo que o entrevistado sempre fará seleções que lhe convêm falar, comentar e expor.

Ao comentarem sobre o corrido, os entrevistados desejam que suas lembranças e seus atos não sejam esquecidos no tempo, mas que outras pessoas possam fazer parte e que essas recordações sejam eternizadas por outros. Halbwachs sugere que pensamos a memória como algo coletivo:

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparece porque nos são recordada por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 201, p. 36).

Diante disso, quem transmite suas ideias deseja que elas sejam conhecidas e lembradas por todos, inclusive, as presentes linhas aqui dispostas. Espera-se que seja uma forma de recordar que, até então, era desconhecida para muitos, visto que foi vivida por seres que não a registraram em mecanismos de propagação, mas em suas emoções e lembranças particulares. Esses acontecimentos são fragmentos de uma história e é impossível representar ou vivenciar o acontecido tal qual foi executado, pois ele é marcado por fatores diversos: tempo, pessoas, emoções, perspectivas e interpretações diferentes, “[...] os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993. p. 12).

A memória é fruto de uma interpretação da realidade, através das emoções, sentimentos ou compreensão. As aspirações do movimento se dão por decodificar o real como uma maneira necessária, por interesses indefinidos e não tão claros, porém chama atenção a forma como cada uma cria uma visão de mundo diferente.

Para criar memória, é necessário haver proximidade, gerar afeto. É preciso que o indivíduo se sinta pertencente, que ele carregue características do seu grupo social. O pertencimento exerce um poder sobre o indivíduo, pois desenvolve nele identificação. Ademais, para que ela seja efetiva, deve ser desenvolvida pelo integrante, precisa ser contínua no presente, mesmo que a temporalidade se torne um problema para as lembranças (FÉLIX, 2004).

Como dito, a memória gera pertencimento e ela é constituída pelas lembranças, pelos sentimentos individuais; mesmo que seja estimulada por ações coletivas, a geração de significação acaba sendo algo muito particular. Dessa forma, também podemos compreender como os seguidores se recordam de seus líderes. Destacamos essa questão, pois, nas próximas linhas, falaremos sobre um dos personagens centrais dessa história: o bispo, chefe da Igreja da diocese em Penedo, o emissor do *e-mail*.

2.7 O tipo-ideal de padre

Ao estudar a trajetória do catolicismo, percebe-se o quanto esse credo religioso tem se adaptado ao tempo e ao lugar. Mesmo que compreendamos que a sede esteja em Roma, tendo a direção de um administrador, o papa, e que as liturgias sejam padronizadas, é impossível falar de *uma* Igreja em toda a parte do mundo. Como vimos anteriormente, ela se adaptou às transformações ocasionadas pelo surgimento da imprensa.

Essa capacidade de mudança só ocorre porque ela vive em tempos de auto compreensão, refazendo a sua ação evangelizadora e apresentando uma nova linha de atuação. Ela retoma os seus embates entre o bem e o mal, combate aos credos diferentes, as subordinações internas e pauta sua nova ação numa sociedade que identifica como desviada dos caminhos de Deus. Assim, compreendemos que existe uma Igreja para cada época (SOUSA, 2008).

O conceito que consideramos mais apropriado para explicar o que é Igreja se encontra na definição do termo “auto compreensão”, apresentado por Augustin Wernet. Este autor diz que auto compreensão “[...] são ‘tipos ideais’, ou seja, ‘construções mentais’ ou ‘imagens mentais’ cuja elaboração se faz necessária, exagerando elementos específicos da realidade, selecionando características dela mesma, ligando-as entre si num quadro mental relativamente homogêneo” (WERNET, 1987, s/p).

A Igreja cria as suas próprias definições, como se olhasse no espelho e auto admirasse a sua beleza e, em seguida, define os planos a seguir, o formato das ações, a forma como encara o mundo, incluindo ela mesma. A Igreja católica desenvolve perfis ideais de Igreja, fiéis, religiosos e prioriza um modelo para os seus colaboradores, ou seja, um modelo mental de como deve ser um padre. Esse ideal é incorporado desde o momento em que o jovem pleiteia o sacerdócio, uma vez ordenado religioso, espera-se que se comporte em conformidade com esse modelo na sua paróquia.

O modelo ideal surge em razão da internalização de regras e normas por quem é formado, mostrando-se um exemplo para os seus seguidores. Podemos conceituar essa canalização a partir da cultura prática, da racionalização instrumental da vida. A racionalização acaba se tornando uma atividade internalizada como parte do cotidiano do sujeito envolvido. Aquilo que não faz parte desse fazer ideal é um “desvio”, irracionalidades. Segundo Weber (1991),

Para o estudo científico que constrói os tipos, a maneira mais pertinente de analisar e expor todas as conexões significativas irracionais e afetivamente condicionadas do comportamento que exercem uma influência sobre o agir consiste em considerá-los como “desvios” de um desenvolvimento deste agir, construindo sobre a base da pura racionalidade com relação a fins [...] É assim unicamente que é possível imputar, em

seguida casualmente os desvios aos elementos irracionais que os condicionam (WEBER, 1991, s/p).

Nesse interim, é compreensível que haja uma idealização da vida ou da identidade, pois o sujeito imerso na instituição vive no seu cotidiano a “experimentação” de um tipo ideal. Tudo que foge a esse modelo deve ser eliminado. O sujeito que estamos nos referindo é um padre e ele poderá chegar a ser bispo, subir degraus na sua carreira e, sobretudo, se aperfeiçoar no modelo do tipo ideal que a Igreja definiu no seu tempo.

O bispo, por sua vez, veste o estilo de vida clerical adotado pela instituição católica. Torna-se um porta-voz interligado à Santa Sé, visto que tem um poder além do padre, pensado na esfera administrativa da Igreja. Ele é designado para cuidar dos futuros clérigos, de orientar e conduzir os padres, e direcionar os fiéis, nesse caso, os diocesanos, que são integrantes da sua Igreja “particular”. Assim, compreendemos que uma diocese parte de um modelo de Igreja Ideal e incorpora as particularidades do seu bispo.

A escolha de um bispo está intimamente ligada à interpretação que a Igreja faz de quem poderia ser o melhor, o ideal, para falar por ela nos lugares mais distantes da sede romana e da nunciatura. Sendo este escolhido, ele passa a ser o modelo para os demais que foram a ele designados. Deve ter um perfil canalizado pelas orientações recebidas e fazer daquela Igreja particular, executora das deliberações feitas por Roma.

2.7.1 O modelo imaginário

Dentro do âmbito religioso católico, é comum que os integrantes procurem por modelos de pessoas que vivem as normas e a doutrina, buscam elementos de identificação e de vivência. Isso parte de um processo de pertencimento que desenvolve, no indivíduo ou no grupo, uma busca incessante de referenciais que os fazem se sentir pertencentes àquele contexto; bem como figuras que sirvam de inspiração identitária e que contribuam para essa manifestação efetiva: padres, bispos, leigos etc.

Nessa concepção, verificamos que há um processo de criação mental, ou seja, o indivíduo desenvolve uma representação modelada do que pretende ser. Os fiéis apresentam atitudes inspiradas em clérigos, que eles consideram essenciais ou importantes para atingir seus objetivos, isto é, o tipo ideal de cristão, de fiel, de padre e de leigo exigida a todos que exercem atividades eclesiais.

Esse conceito de imaginário pode ser entendido como representação. Dito isso, “[...] o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagem e discursos que pretendem dar uma definição da realidade”

(PESAVENTO, 1995, p. 15). Essa interpretação no real se dá de diversas maneiras: linguagem, imagem, emoções, sentimentos etc., uma vez que “[...] o imaginário é uma resposta que a coletividade fornece aos seus conflitos. [...] um meio de expressar seus desejos, suas aspirações e valores mais caros” (ROCHA, 2016, p. 173).

Essa definição, leva-nos a analisar outra questão muito importante: Por que o pensado exerce influência sobre nós? De acordo com Pierre Bourdieu, podemos chamar essa influência de poder simbólico, que “[...] é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem [...] sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Para compreender os impactos das relações de poder, precisamos acreditar em sua existência coletiva. Antônio Sousa, ao discorrer sobre o conceito de racionalização de Weber, destaca que a racionalização

[...] não seria outra coisa senão o movimento pelo qual o Espírito passa do simples “ser-em-si” à certeza do “sendo-para-si”. Nesse sentido, a razão desempenha um papel decisivo na determinação do agir humano. No estado de passagem do simples “ser-em-si” para o “sendo-para-si” ocorre uma transparência da consciência reflexiva do mundo (SOUSA, 2008, p. 109).

Partindo desse entendimento, o indivíduo se reconhece como integrante que pode se aproximar da mesma experiência, pois identifica características semelhantes. A razão permite entender que há possibilidades de alcançar o mesmo objetivo e que é possível mensurar que o caminho trilhado é compreensível e aceitável.

2.7.2 O modelo póstumo: o bispo

Não é novidade que a Igreja apresente personalidades que possam orientar a conduta e a vivência de sua doutrina, mesmo que estas já tenham falecido. Na verdade, uma das ações mais comuns é transformar algum líder religioso em modelo após a sua morte, com o interesse de demonstrar que é possível alcançar a santidade seguindo os seus ensinamentos. Mas quem garante que essa conquistas será alcançada? A própria Igreja, a partir dos seus requisitos.

No entanto, é preciso entender que alguém só se torna um modelo caso alguém o considere. Dessa maneira, há sempre quem o assume para si, pelo quesito de identificação. Indo por um viés da história cultural e do poder, podemos fazer a apreciação de dois conceitos: o real e o imaginário.

Para isso, voltaremos à discussão do tipo-ideal apresentado pela interpretação de Augustin Wernet sobre a conceituação de Max Weber, porém, no campo do pós-morte, especificamente, do bispo que estamos apreciando. Para fins de explicação, discorreremos sobre este personagem porque, em vida, ele apresentou atitudes que chamaram atenção e que carecem de uma análise, na perspectiva da ciência histórica.

Do ponto de vista dos fiéis católicos, de seus diocesanos, ele é considerado uma grande referência. Portanto, neste momento, recorreremos à discussão do símbolo para que possamos interligar essa figura com o real e o imaginário. O símbolo “[...] é o elemento de mediação entre o real e o imaginário, o racional e o sentimental. Símbolos são veículos de significados e, como tal, carregam ideias, valores, emoções” (ROCHA, 2016. p. 172). As nossas relações e interpretações são marcadas por significados, pois utilizamos de símbolos como representatividade. O bispo se torna um símbolo como ser humano, cristão e sacerdote.

O bispo que referenciamos nesta pesquisa faleceu em 2020, 17 anos após enviar o *e-mail* que mencionamos anteriormente. Abaixo, apresentamos um pequeno texto que publicado em uma rede social, após a morte do bispo. Este texto é de autoria do padre Antônio Fonseca:

[...] em sua generosidade e solicitude de pastor enxergou em mim o que eu mesmo nunca tinha visto e me deu a única coisa que não pode ser roubada de um homem: o conhecimento. [...] Prometo que vou me esforçar para levar adiante tudo o que o senhor, como um bom pai, me ensinou (FONSECA, 2020).

Os adjetivos utilizados para se referir ao bispo expressam um caráter honroso: generoso, solícito, bom pai... Esses adjetivos demonstram o que ele pensa a respeito do bispo e como o transforma em um modelo a ser seguido pela sociedade.

Em outra postagem, agora de Robson Campos, observamos a seguinte colocação:

Sua voz parecia uma trombeta, que soava por toda a parte, e que fazia tremer as estruturas da alma, homem forte, de sorriso fácil, de coração puro, amante da virgem do Rosário, pai, sacerdote, profeta e amigo. Gratidão por sua passagem aqui, [...] por ser um pastor que cheirava a ovelhas, por sempre estar com elas (CAMPOS, 2020).

Diante do exposto, verificamos que os registros demonstram características institucionais do ser padre e do bispo “tipo ideal”, atribuindo-lhes os seguintes elogios: “um coração puro”, “homem de oração”, “profeta”, “pai”, “tem uma voz que estremece a alma e pastor”. Além disso, verificamos outras qualidades humanas, como: “homem forte e amigo”. Portanto, há uma idealização que vai além do real e que, às vezes, nem existiu. No entanto, em caráter particular, algumas pessoas apresentam essa compreensão.

Com base nessas colocações, partimos para a descrição dos ritos realizados em seu funeral. Foi realizada uma carreata percorrendo a cidade de São Miguel dos Campos-AL até a cidade de Arapiraca-AL, o que configura em cerca de 71,9 km de distância. Na cidade de Arapiraca, o percurso continuou pelas principais ruas e paróquias, sendo seu corpo carregado no carro de bombeiros da cidade. O cortejo prosseguiu de Arapiraca até a cidade de Penedo, sede do bispado, mais 71,9 km. Na chegada à cidade, o caixão foi transportado pelo corpo de

bombeiros da cidade penedense, passando pelas vias mais movimentadas até a catedral diocesana, onde houve sua missa de corpo presente e sepultamento.

Dom Valério Breda foi um homem de grande relevância na narrativa. Através dos depoimentos de pessoas próximas a ele, como o padre Antônio, foi possível verificar que o bispo era uma figura muito admirada e respeitada, caracterizada por sua generosidade, solicitude e sabedoria. Ele era visto como um modelo a ser seguido, uma pessoa muito importante para a sociedade e para a igreja.

2.7.3 Há fé, há poder

Ao refletirmos sobre o conceito de tipo-ideal, o mais comum é compreendê-lo como uma submissão, alguém que tem o controle sobre outro, remetendo-nos ao conceito de poder. De acordo com Pierre Bourdieu, o poder simbólico é “[...]invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989. p. 7). Essa definição corrobora com a compreensão de que o poder se revela de diversas formas e que nunca está isento de uma realidade.

Nessa perspectiva, compreendemos que pensar, vivenciar e falar sobre fé nunca será dissociado do poder, pois “[...] é necessário descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido” (BOURDIEU, 1989. p. 7). Na fé, existe a certeza do poder presente: seus símbolos, ritos, regras de condutas, pensar que Deus existe e que tudo e todos devem ser obedientes e viver segundo a vontade Dele.

Contudo, existem outras manifestações de poder dentro do campo da crença: a representação da divindade na humanidade, em outras palavras, o sacerdote; o intermediário entre o mundo e Deus, segundo definições da religião. Pensar nesse indivíduo se faz necessário, visto que ele exerce poder sobre os fiéis, no sentido de lhe conferir uma representatividade social.

Os padres também assumem lugares de poder ao representarem a instituição Igreja Católica, assim se manifestam em nome de outrem. No entanto, também podem fazer isso usando as credenciais da instituição, partindo de intenções particulares e projetos para o seu próprio benefício.

2.7.4 O bispo

Nascido em 24 de janeiro de 1945, em San Fior di Sotto, na Itália, ingressou na Congregação Salesiana, onde fez seu noviciado. Aos 17 anos, fez promessas dos primeiros

votos de pobreza, castidade e obediência. No seu período formativo, concluiu o bacharelado em Filosofia, no Liceu Clássico em Pordenone. Foi professor de Letras Clássicas e de Literatura italiana, em Este, Pádua.

No processo de formação sacerdotal, estudou Teologia na Pontifícia Universidade Salesiana, em Roma. Foi ordenado presbítero, em 1973, e retornou à cidade de Pádua para lecionar as disciplinas de letras, literatura e cultura religiosa. Desempenhou o cargo de assistente religioso na faculdade de Letras, na Universidade de Pádua.

Ao longo de sua vida, envolveu-se em diversas atividades referentes ao âmbito acadêmico. Conforme destacado pelo Pe. Antônio Fonseca, em uma postagem apresentada anteriormente: “[...] ele me deu a única coisa que não pode ser roubada de um homem: o conhecimento” (FONSECA, 2020). Sempre se dedicou aos estudos, sendo que as suas homilias eram realizadas em linguagem culta, orientadas por conhecimentos filosóficos e teológicos.

Um salesiano de Dom Bosco, como é conhecida a congregação na qual fez parte, é caracterizada por executar atividades voltadas à juventude, em sua promoção humana e evangelizadora. Com esse perfil, foi-lhe confiado um centro juvenil na paróquia salesiana, em Pádua. No ano de 1983, foi transferido para o Brasil, residindo no litoral norte do Estado de Alagoas, na cidade de Matriz de Camaragibe, onde morou por 10 anos. Nessa década, desempenhou o trabalho missionário de catequizar e atender as necessidades da evangelização naquela região.

Em 1993, foi escolhido para ser inspetor na Inspetoria São Luiz Gonzaga, na cidade de Recife, Pernambuco. Nesse mesmo período, tornou-se sócio da Sociedade Brasileira de Canonista, sendo um especialista no Código de Direito Canônico, as leis eclesiais que governam a Igreja Católica.

O cargo de inspetor tinha vigência de 6 anos, porém precisou ser interrompido, em 1997, pois foi convocado pelo então papa João Paulo II para governar a Igreja diocesana de Penedo, como relata a nota da CNBB: “Sua nomeação pelo Papa João Paulo II foi em 30 de julho de 1997, já para a diocese de Penedo. A ordenação episcopal foi no dia 19 de outubro daquele ano, no Recife. [...] escolheu como lema “Caritas Christi Urget” (O amor de Cristo pede)”².

Seu episcopado foi marcado por grandes ações e mudanças. Herdou uma diocese que tinha um trabalho voltada às necessidades sociais do seu povo, de uma Igreja local e de um clero marcado por uma formação teológica pastoral. Portanto, precisou reordenar o seu clero para que pudesse atender ao modelo de padre que a Igreja exigia à época.

² Disponível em: <<https://cnbbne2.org.br/morre-dom-valerio-breda-bispo-da-diocese-de-penedo-em-alagoas/>>. Acesso em 29 abr. 2022.

Ao longo de sua permanência na diocese, estreitou os laços com setor político dos municípios e do Governo Estadual, sendo, por muito tempo, convidado para cerimônias de homenagens. A título de exemplo, podemos citar a comemoração aos seus 10 anos de episcopado, promovido pelo Deputado Federal Rogério Teófilo, no Congresso Nacional, na Câmara de deputados, onde cita o papel desse religioso:

Há alguns anos, [...] engajou-se também num trabalho social, no sentido na melhora das condições humanas, e entrou na luta pela sobrevivência do Rio São Francisco e do povo ribeirinho, defendendo um projeto de revitalização que venha contemplar realmente a população mais necessitada, que já reside praticamente às margens do rio e sofrem com a falta de água para o plantio e até para beber³.

Mesmo preocupado em ter padres dedicados aos compromissos religiosos e aos comportamentos clericais legais, buscava lhes ensinar a serem sóbrios, darem testemunho de uma vida de pobreza, ajudar aos que mais necessitavam e promover campanhas de assistência social. Além disso, demonstrava-se preocupado com a juventude e procurava motivar os jovens diocesanos na busca da vivência dos ensinamentos religiosos, permitindo a realização de eventos que pudessem prepará-los e ensiná-los.

Como o ensinar estava na sua experiência de vida e sacerdote, foi presidente da Comissão Regional Pastoral Bíblico-Catequética do Regional Nordeste 2 da CNBB, e era responsável pela formação dos leigos, chamados catequistas, que formam as crianças, jovens e adultos para receberem os sacramentos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Sua vida era muito ativa e apresentava um quadro de saúde estável, mesmo sofrendo com problemas de pressão arterial. Quando não estava na cúria, estava realizando visitas pastorais ou em congressos, visto que era um bispo conhecedor de diversos assuntos relacionados à Igreja e aos órgãos públicos.

No dia 15 de abril de 2020, foi internado no hospital Arthur Ramos, em Maceió-AL, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). “[...] De acordo com o vigário geral da diocese, padre Daniel do Nascimento, funcionários que trabalham na residência episcopal encontraram Dom Valério já desacordado em seu quarto, por volta das 11h” (G1, 2020).

A vida do bispo italiano estava se dividindo entre melhoras e pioras, realização de exames e observação médica. O AVC provocou hemorragia e comprometeu o hemisfério direito do seu cérebro. Assim, as medidas tomadas foram contornar a hemorragia e conter a pressão arterial.

³ Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07DEZ2006.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2022.

Às 6h horas da manhã, do dia 16 de julho de 2020, a diocese recebeu a notícia do seu falecimento, vitimado por um AVC que o levou aos cuidados hospitalares durante 60 dias. O sacerdote foi sepultado na catedral por volta das 23h.

Hoje perdemos não só um bispo diocesano, perdemos um grande parceiro e amigo, que tanto nos ajudou na construção e fortalecimento das políticas de prevenção à violência em Alagoas, sobretudo nos cuidados com o dependente químico. Dom Valério Breda, sua missão aqui foi cumprida, a saudade será grande, mas sabemos que de onde estiver continuará olhando por quem mais precisa. Vai em paz! (SEPREV ALAGOAS, 2020).

Seu cortejo fúnebre durou mais de 14h. Saindo da capital alagoana, o cortejo percorreu as principais cidades que integravam sua diocese. Suas exéquias contaram com a maior parte do clero diocesano, bispos de Sergipe e de Pernambuco. Os ritos foram presididos por Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, bispo de Garanhuns-PE e presidente do Regional Nordeste 2, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Devido ao período pandêmico, os fiéis não puderam participar da cerimônia de despedida do bispo, mas o funeral pelas redes sociais institucionais da diocese, por contas privadas e por jornais locais.

A escolha em falar desse epíscopo não se deu de forma aleatória. No início deste trabalho, apresentamos uma narrativa que aponta uma trama vivenciada pelo bispo e pelo padre. Um *e-mail* registra um possível desentendimento entre essas duas figuras. Após a apresentação do bispo, tentaremos compreender qual foi o motivo para o envio deste *e-mail* e o que estava acontecendo naquele momento histórico para que houvesse esse desentendimento.

No corpo do texto presente no *e-mail*, verificamos que o bispo estava inconformado e até mesmo revoltado com o vazamento de informações que, certamente, ele considerava como sigilosas. Como bispo, ele encarnou seu compromisso de agente “tipo ideal” a serviço da Igreja, usou de novas ferramentas para cumprir uma tradição da instituição, impor um modelo de igreja, manter segredo e chamar atenção do padre.

Essa atitude do bispo é uma repetência do modelo tradicional da Igreja, em se calar diante de determinados assuntos, e, principalmente aqueles que lhes afetam diretamente, que interferem em sua estrutura. Esse comportamento é entendido como um ato de cautela, pois considera que é preciso silenciar antes que a situação piore.

Essa repreensão se deu porque o padre quebrou a regra de manter está informação em segredo. O pedido de silenciamento do bispo envolve muitas outras questões, inclusive, um indicativo de distanciamento de feição entre o padre e o bispo, questão esta que discutiremos nas próximas seções.

3 O MOVIMENTO PRÓ-DIOCESE DE ARAPIRACA

Parte da documentação utilizada nesta segunda seção foi baseada em entrevistas orais. Foram entrevistados o bispo Dom Valério Breda; o Monsenhor Luiz Marques Barbosa; o leigo José Pereira Neto que na ocasião da entrevista morava em Maceió; e Ricardo Nezinho que ocupava o cargo de Deputado Estadual. Essas pessoas integraram o movimento denominado pró-diocese de Arapiraca e foram entrevistadas no ano de 2018. Abaixo, apresentamos algumas imagens das figuras supracitadas:

Figura 1 - Monsenhor Luiz Marques Barbosa



Fonte: CM Jornal (2022)⁴.

Figura 2 - Professor Pereira e esposa



Fonte: Cesmac notícias (2022)⁵.

Figura 3 - Dom Valério Breda



Fonte: Infoans (2022)⁶.

Figura 4 - Deputado Ricardo Nezinho



Fonte: Parlamentar Alagoas (2022)⁷.

A história oral se caracteriza como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história e inseri-los dentro dela (SANTOS, 2016, p. 3). Essa abordagem permite enxergar determinados acontecimentos por um ângulo repleto de detalhes, relatos de experiências ou de fatos e percepções subjetivas passado. Para tanto,

⁴ Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/video-de-pedofilo-e-exito-de-vendas-com-video>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

⁵ Disponível em: <https://cesmac.edu.br/noticias/gerais/jose-pereira-neto-recebe-homenagem-do-cesmac>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁶ Disponível em <<https://www.infoans.org/pt/secoes/noticias/item/10629-brasil-morre-dom-valerio-breda-sdb-bispo-de-penedo-al>>. Acessado em 17 nov. 2022.

⁷ Disponível em <<https://sapl.al.al.leg.br/parlamentar/21>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

buscamos reconstruir a memória dos envolvidos no recorte histórico estudado, com a contribuição de fontes documentais. Essa metodologia científica proporciona a reflexão sobre as diversas mudanças e condutas do sujeito pesquisado.

Ao realizar uma entrevista, deparamo-nos com diversas compreensões. O entrevistado pode relatar a sua percepção sobre o recorte estudado, retornar à memória, pensar como ele pode se posicionar a partir da sua própria lembrança. Assim, o entrevistador se insere em um mundo que antes era particular, podendo se emocionar e se deparar com situações desconhecidas (ALVES, 2016). Além disso, o entrevistador/pesquisador se integra ao período estudado, conforme aponta Alves (2016),

Ao mesmo tempo em que a entrevista possibilita o compartilhar de experiências e aproximação entre o sujeito-pesquisado e o pesquisador, não se pode esquecer de que ambos têm diferentes interesses em uma entrevista. Ao pesquisador interessa ouvir e registrar a narrativa, enfim, o que vai ao encontro do tema estudado, ou seja, o objeto de estudo. Interessa ao pesquisado relatar aquilo que lhe é significativo, que lhe é importante e que, por isto, para ele, deve e merece ser narrado (ALVES, 2016, p. 4).

O historiador precisa avaliar quais os elementos presentes nos relatos dos participantes podem ser levados em consideração em sua pesquisa. Desse modo, o pesquisador acompanha o relato, transcreve e interpreta esses dados de acordo com os seus conhecimentos científicos e de mundo, sempre respeitando a veracidade das informações prestadas, sem omitir ou acrescentar quaisquer informações.

Nesta pesquisa, fizemos uso de entrevistas que ocorreram em tempos e em lugares diversos: Dom Valério gravou o material no momento em que fez uma visita à paróquia de São José, no escritório paroquial, no dia 14 de março de 2018; o Monsenhor fez o depoimento em sua residência, no dia 14 de setembro de 2018; o deputado foi entrevistado em sua casa de descanso, no dia 08 de abril de 2018; e o professor Pereira foi entrevistado por meio de um aplicativo de celular, no dia 24 de abril de 2018⁸.

Além das entrevistas, consultamos o *e-mail* enviado pelo bispo ao padre, o qual consideramos um fonte histórica de grande relevância para o entendimento desse conflito. Este *e-mail* foi enviado no dia 02 de maio de 2003, no qual apresenta a narrativa citada e o encaminhamento de outro *e-mail* que Dom Valério recebeu da Diocese de Catanduva, localizada no estado de São Paulo.

No ano de 2003, o assunto de uma nova diocese, no estado de Alagoas, começa a se fazer presente nos bastidores das reuniões e sacristias das igrejas da cidade de Arapiraca. As

⁸ Apenas essa entrevista se deu por meio de recursos tecnológicos, sendo que as demais foram realizadas de forma presencial.

especulações de como seria a divisão territorial eclesiástica, quais padres fariam parte, qual seria a igreja mãe diocesana e, principalmente, quem poderia ser o possível bispo dessa diocese. Essas foram algumas das especulações que se proliferaram entre os fiéis integrantes das pastorais⁹ das paróquias e de algumas reuniões do clero diocesano penedense.

O grupo Pró-diocese de Arapiraca surgiu a partir da iniciativa de José Pereira Neto, arapiraquense, mas residente na cidade de Maceió, que se mudou para a capital devido à nomeação em concurso público. Foi professor no Curso de Direito do Centro Universitário (CESMAC). Professor Pereira, como era chamado, sempre se mostrou participativo nas discussões relacionadas à cidade de Arapiraca.

Em entrevista, o professor Pereira disse que “[...] tinha uma concepção que [...] há muito Arapiraca merecia uma diocese. [...] Era, na minha concepção, muito melhor para Arapiraca e bom para a religião católica. Porque era um crescimento. [...] Fui à Arapiraca e conversei, fui fazer uma visita com monsenhor (PEREIRA NETO, 2018). Segundo o entrevistado, a questão de Arapiraca ser diocese surgiu ao analisar que, no estado de Alagoas, a última diocese foi em 1960, na cidade de Palmeira dos Índios. Portanto, viajar até Arapiraca, na companhia de sua esposa, e decidiu procurar o pároco da Igreja de São José, no alto do Cruzeiro, a fim de discutir sobre a possibilidade da fundação de uma diocese na cidade.

Quando o professor e sua esposa chegaram foram recepcionados pelo pároco monsenhor¹⁰ Luiz, que também tinha acabado de chegar de viagem, mas pediu para que o esperassem na casa paroquial. Pereira disse que: “[...] nós ficamos aguardando... quando ele chegou, cumprimentei e fiz a pergunta, eu disse: monsenhor [...] o assunto diocese de Arapiraca é um assunto proibido? Aí ele parou, disse: não, eu disse: pronto, já valeu a pena eu ter saído de Maceió pra cá. Aí começamos a conversar aí... ele disse... tem que ter consentimento do bispo” (PEREIRA NETO, 2018).

A partir dessa conversa, iniciou-se uma organização interna e de comunicação com o bispo da diocese. “[...] Monsenhor fez um contato com o bispo, ele disse: é... vamos nos organizar. Depende da Santa Sé, depende do papa, da nunciatura, mas ele tacitamente consentiu” (PEREIRA NETO, 2018). Esse consentimento do padre Luiz e do bispo Valério foi motivo para que se pensasse em possibilidades de concretização desse sentimento do professor. Em seu depoimento, ele afirma que Dom Valério conseguiu um encontro com o núncio

⁹ São trabalhos desenvolvidos pela Igreja, numa ação organizada e dirigida pela Diocese e Paróquia para “atender” determinada situação em uma realidade específica. Disponível em <<http://www.santuariodeaparecidarp.com.br/o-que-sao-pastorais>>. Acessado em 19 jul. 2022

¹⁰ Monsenhor é um título dado a padres que se destacam por seu trabalho de evangelização.

apostólico¹¹, Dom Lorenzo Baldisseri, na catedral de Maceió: “[...] proporcionou encontro de umas pessoas de Arapiraca, monsenhor [...], dom Valério e o núncio apostólico do Brasil” (PEREIRA NETO, 2018).

O encontro promovido pelo bispo diocesano e o núncio apostólico despertou entusiasmo nos integrantes do grupo. José Pereira mencionou que, a partir desse ato, verificaram motivos para arquitetar e pensar em possibilidades de efetivar a cidade em diocese. Uma das ações tomadas pelo monsenhor Luiz foi convidar outras personalidades do município para as reuniões formativas, como cita o professor Pereira:

[...] Aí entrou nesse, nesse jogo outras pessoas nessa, nessa empreitada, nessa tarefa. Por exemplo, entrou a figura sempre importante do doutor Zé Ventura, Zé Ventura Filho... entrou o professor, o doutor José Fernandes da Silva e sua esposa, entrou... é... outras pessoas colaboraram e começaram a participar, foi quando o vereador, que era presidente da câmara, Ricardo Nezinho deu todo apoio. E o Ricardo foi preponderante. [...]
Célia Maria Barbosa Rocha, Ricardo Alves Teófilo [...], José Alexandre dos Santos [...], Severino Barbosa Leão, [...] Ricardo Pereira Melo [...], José Lopez da Silva [...], José Pereira Neto [...] (PEREIRA NETO, 2018).

A convocação de novos integrantes para esse projeto teve uma configuração social seletiva. Essas personalidades foram convidadas porque desempenhavam papéis de influência na cidade, ou seja, estavam envolvidos em questões políticas e econômicas: empresários, advogados e figuras da política local. Há uma seleção elitizada, não existe representantes de todas as camadas da sociedade católica nessas discussões, conforme é recomendado pelas orientações eclesiais: “[...] a documentação nada mais é senão, um apelo feito ao povo de Deus daquela região, para que se manifeste, claro, segundo suas próprias [...] características e... cada pessoa segundo a função que exerce” (VALÉRIO, 2018).

Os primeiros meses de atividades e ações do grupo pró-diocese foram de organização e constituição de representantes, àqueles que pudessem pensar e trabalhar em prol da concretização do objetivo do grupo. O professor Pereira, em depoimento, disse que esse senso de organização partiu do monsenhor Luiz: “[...] o monsenhor Luiz disse: nós temos que formar uma comissão que tenha um presidente. Na casa do monsenhor Luiz, nós elegemos eu e o Ricardo, e ele: o presidente será o senhor, porque monsenhor Luiz tinha todo o apoio da sociedade, da Igreja; então ele foi eleito o presidente da comissão pró-criação da diocese de Arapiraca” (PEREIRA NETO, 2018). Assim, torna-se óbvio que escolheriam o padre Luiz Marques para ser presidente da comissão, uma vez que ele era organizado, já tinha se mostrado

¹¹ É o representante e embaixador do papa no Brasil. Que dialoga com bispos do Brasil e com o presidente do Brasil quando são assuntos de acordos do Estado do Vaticano.

disposto e era uma pessoa influente na cidade. Essas características foram definidas pelo professor Pereira:

[...] eu lia nos jornais, em todos os movimentos que visavam o crescimento de Arapiraca o monsenhor Luís Marques estava presente, era sempre presente. Era uma pessoa com quem as administrações, independentemente de cor partidária, sempre se socorria do monsenhor. Era sempre muito presente em todos os movimentos que traziam benefício para Arapiraca (PEREIRA NETO, 2018).

Além de ser integrante do clero, tinha ligação direta com o bispo diocesano, o que facilitava o progresso da causa, pois era alguém que vivia ao lado da autoridade máxima da diocese. Neste momento, cabe realizar um questionamento. José Pereira relatou que, com base no sentimento de ver sua cidade conquistar mais destaque em diversas áreas, inclusive, na religiosa, partiu em busca de possibilidades para que Arapiraca tivesse o seu próprio bispo. No entanto, a figura central desse grupo passou a ser monsenhor Luiz. Mas qual era o sentimento do padre ao integrar esse grupo? Por que ele aceita integrar mesmo consciente das dificuldades administrativas e pastorais que seriam enfrentadas para criar uma nova diocese?

Na próxima seção, aprofundaremos essas reflexões a partir das atitudes e dos posicionamentos do monsenhor Luiz Marques, ao longo das atividades, frente à presidência do grupo. Contudo, cabe destacar que o monsenhor tomou a iniciativa de convocar vários integrantes da sociedade e do clero, preferencialmente, os padres que residiam em Arapiraca: “[...] Mons. Raimundo Gomes, Pe. Afrânio Pinheiro Bezerra, Pe. José Antônio Neto, Pe. Aldo de Melo Brandão, Miguel Valeriano, diácono[...]” (PEREIRA NETO, 2018); para reuniões sobre a formação da diocese.

Além das figuras citadas, contou com a presença da prefeita Célia Rocha¹², que estava em seu segundo mandato à frente do município. O objetivo das convocações do monsenhor era o de que esta parcela da sociedade tivesse conhecimento do assunto e que se envolvesse na concretização da diocese (PEREIRA NETO, 2018). Diante disso, é importante perceber que essas ações de reunião, de discussão, de formalização burocrática de documentos partiram de um desejo e de uma ideia formulada mentalmente pela comissão do movimento. O interesse do professor, o apoio do deputado e o trabalho organizacional do monsenhor os levaram ao mesmo

¹² Em 1985, exerceu seu primeiro cargo na vida pública como secretária municipal de Saúde de Arapiraca. Em 1989 foi eleita vereadora daquele município na legenda do Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), e reeleita em 1993, sob a legenda do Partido da Social Democracia (PSDB). Cumpriu seu mandato até 1996, quando se lançou candidata e foi eleita prefeita de Arapiraca. Foi reeleita em 2001 e finalizou seu mandato na prefeitura em 2004, desfilhada do PSDB e sem partido. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celia-maria-barbosa-rocha>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

objetivo. Isso se deu porque, no imaginário de cada um deles, a diocese já estava criada (SILVA, 2019).

Os encontros continuaram (não se tem dados precisos de aproximadamente quantas reuniões eles fizeram), oportunizando momentos para organizar os documentos, bem como para realizar reuniões entre os bispos que presidiam as dioceses do estado: Dom José Carlos, arcebispo metropolitano de Maceió; Dom Fernando Iório bispo, de Palmeira dos Índios; e Dom Valério, bispo diocesano de Penedo; com o intuito de que a cidade fosse aceita como sede diocesana.

Essas ações (reunir representantes da sociedade, discussão, formulação de pedido e aprovação do bispo local) indicam que o pedido foi realizado de acordo com Código de Direito Canônico das normas eclesiais, quando diz que o desejo para que a localidade seja uma nova diocese deve partir dos fiéis, conforme observamos no testemunho de Dom Valério Breda:

[...] Então, é... são exigidas algumas condições, que até o próprio Código de direito canônico exige. Bem, como para qualquer ato é... oficial, assim de criar paróquia, ou outras... criações, vamos dizer em termos pastorais, deve existir uma, é... exigência, uma necessidade provada. Em primeiro lugar, através de um pedido da parte do... povo. É o povo que deve se manifestar como favoráveis é... a esta é... criação de uma nova diocese. Depois disso, é... as dioceses limítrofes, devem ser é... interrogadas através dos próprios bispos, que devem é... expressar uma... um próprio parecer. É... concretamente seria as dioceses da província eclesiástica para Alagoas... a província Alagoas representada pela Arquidiocese de Maceió, diocese de Palmeira e a diocese de Penedo (VALÉRIO, 2018).

Na interpretação do decreto religioso, percebe-se que deve haver um entendimento por parte das dioceses ao redor e, principalmente, da diocese que será fragmentada. A diocese de Penedo tem sua composição histórica desde o dia 03 de abril de 1916, criada pelo papa Bento XV, por meio da bula *Catholicae Ecclesiae Cura*. Ela foi desmembrada da diocese de Alagoas, atual arquidiocese de Maceió. Além dessas duas dioceses, o estado conta com uma terceira, localizada na cidade de Palmeira dos Índios. Com isso, a província eclesiástica de Alagoas é composta por três dioceses: Maceió (zona da mata e litoral norte), Penedo (litoral sul e agreste) e Palmeira dos Índios (alto sertão e sertão). Conforme verificamos no mapa abaixo:

Figura 5 - Mapa do Regional Nordeste 2 da CNBB



Fonte: Facebook da diocese de Penedo (2022)¹³.

A administração dessa diocese ficou a cargo do primeiro bispo, Dom Jonas Araújo Batingas, que governou de 1978 a 1940, sendo sucedido por Dom Fernando Gomes dos Santos, de 1943 a 1949. O terceiro bispo toma posse em 1949, permanecendo até 1957. A cátedra ficou vazia por volta de nove meses, quando, em 1958, Dom José Terceiro de Souza assume o posto de bispo, saindo apenas dezoito anos depois.

Figura 6 - Dom Jonas Araújo Batingas



Fonte: Tribuna do sertão (2022)¹⁴.

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/diocesedepenedo/photos/a>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹⁴ Disponível em <http://www.laifi.com/laifi.php?id_laifi=9487&idC=99755#>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Figura 7 - Dom Fernando e o papa João Paulo II



Fonte: Construindo a história (2022)¹⁵.

Figura 8 - Dom Felício Vasconcelos



Fonte: Arquidiocese RP (2022)¹⁶.

Figura 9 - Dom Constantino Luers



Fonte: Correio do povo (2022)¹⁷.

Seu quinto bispo tem origem alemã, Dom Constantino Luers, e chefiou a diocese entre 1976 a 1994. Com a renúncia de Constantino, a diocese ficou sem bispo por três anos. Em 1997, Dom Valério Breda passa a administrar a diocese de Penedo, até o ano de 2020. Com a sua morte, a diocese passou pela espera de um novo chefe, até que, em 2021, Dom Valdemir Ferreira dos Santos, foi eleito o sexto bispo.

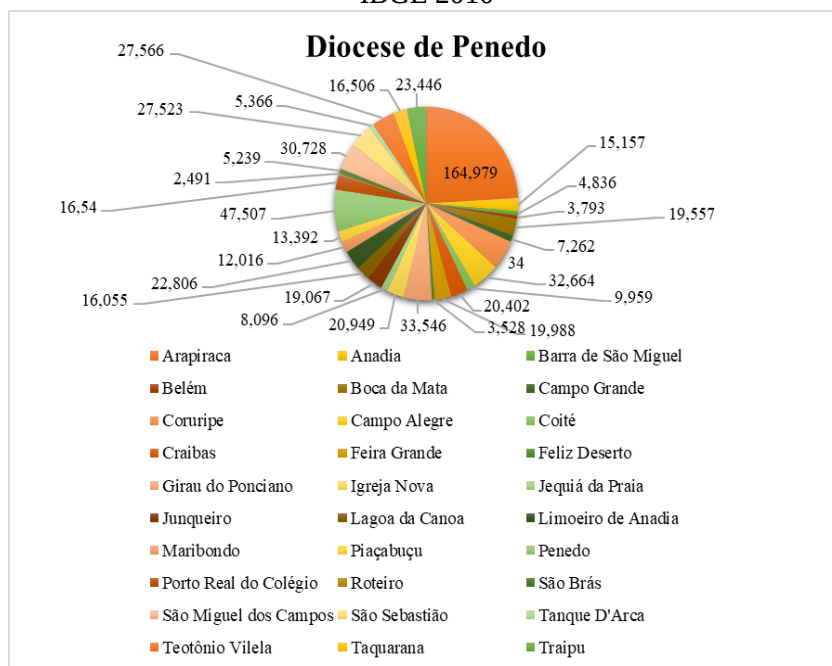
Composta por 31 municípios alagoanos, a diocese de Penedo tem pouco mais de 700 mil fiéis autodeclarados católicos. No gráfico abaixo, verificamos a divisão dos católicos pelas cidades que integram essa área diocesana.

¹⁵ Disponível em <<http://construindoahistoriahoje.blogspot.com/2010/08/dom-fernando-gomes-dos-santos.html>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹⁶ Disponível em <<https://arquidioceserp.org.br/a-ecoante-voz-do-arcebispo-franciscano-1965-1972/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹⁷ Disponível em <<https://correiodopovo-al.com.br/blogs/anunciado-o-novo-bispo-de-penedo-dom-valdemir-ferreira-dos-santos>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

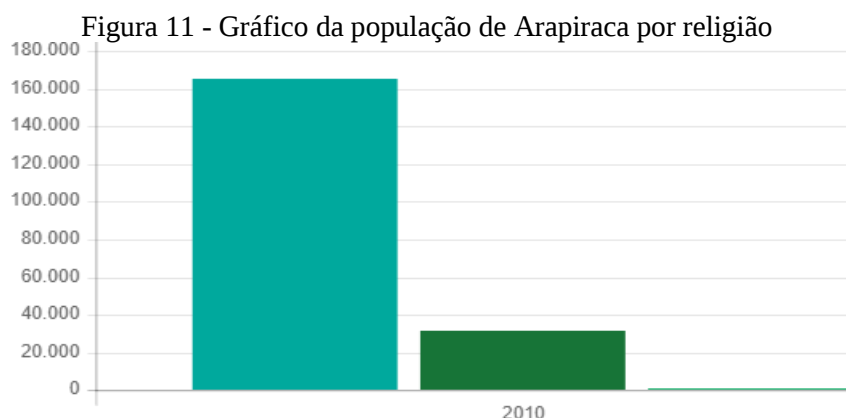
Figura 10 - Gráfico de pessoas declaradas católicas no perímetro diocesano de Penedo, com base no IBGE 2010



Fonte: o autor (2023).

A partir da figura, observamos que os municípios com maior quantitativo de fiéis são Penedo e Arapiraca. Isso apresenta alguns indicativos de que há um maior trabalho de evangelização, uma quantidade maior de padres e maior arrecadação de recursos financeiros por meio do dízimo.

Em Arapiraca, cerca de 164, 979 mil pessoas se declaram católicas, como mostra o gráfico abaixo, com dados coletados pelo Censo de 2010. Na coluna maior, verificamos que a maior quantidade de habitantes se declara católica, indicando ações diocesanas no território. A coluna menor ilustra os demais credos.



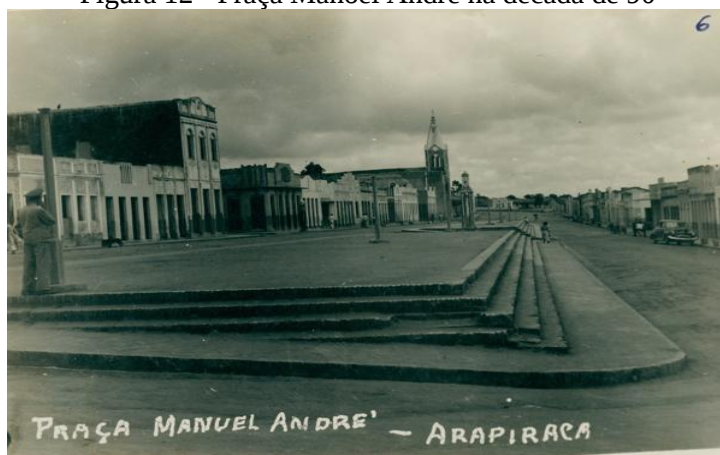
Fonte: IBGE (2010)¹⁸.

¹⁸ Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>> Acesso em: 19 jul. 2022.

Em 2022, a cidade contabilizou 14 paróquias. O prédio onde se realizam os eventos formativos e reuniões pertencente à diocese penedense. Os grandes eventos diocesanos são: congressos teológicos, escola de formação teológica, encontros diocesanos de catequese e familiares, etc. Todos eles são realizados no próprio município, devido à falta de transportes para acessibilidade aos demais municípios.

Segundo Guedes (1999), a fé católica do município está ligada à figura de Manoel André. No ano de 1864, Manoel construiu uma capelinha em cima do túmulo de sua esposa, Maria Velente. A capela passou a ser a igreja que abrigava os fiéis do povoado para suas orações. Até 1964, foi a única paróquia da cidade. Atualmente, essa igreja está situada na praça Manoel André e é conhecida como matriz antiga ou igreja do Santíssimo Sacramento.

Figura 12 - Praça Manoel André na década de 90



Fonte: IBGE (2022)¹⁹.

Figura 13 - Igreja do Santíssimo Sacramento



Fonte: Web Arapiraca (2022)²⁰.

¹⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/historico>> Acesso em: 14 jul. 2022.

²⁰ Disponível em: <<https://web.arapiraca.al.gov.br/2017/10/predios-e-monumentos-contam-a-historia-de-arapiraca/>> Acesso em: 14 jul. 2022.

Os moradores do vilarejo encomendaram uma imagem de Nossa Senhora da Guia a um artesão da cidade de Bom Conselho, Pernambuco. Ela foi trazida, a cavalo, pelo fundador da cidade, Manoel André, popularmente considerado. No percurso, encontrou-se com um grupo de cavaleiros, na cidade de Palmeira dos Índios, e trouxeram a imagem em cavalgada. Atualmente, esse caminho é feito por grupos de devotos que vão à cidade de Bom Conselho e fazem o mesmo trajeto, no dia 02 de fevereiro (dia da padroeira da cidade).

Em 1985, capela dedicada à Nossa Senhora do Bom Conselho foi substituída por um templo maior. A concatedral²¹, como passou a ser chamada a nova sede da paróquia matriz da cidade, foi inaugurada após doze anos de construção. Sua estrutura tem um projeto arquitetônico voltado à modernidade.

Figura 14 - Concatedral de Nossa Senhora do Bom Conselho



Fonte: 7 segundos (2022)²².

Localizada no lago Dom Fernando Gomes, a concatedral foi construída em cima de um cemitério da cidade. O espaço utilizado para a construção foi autorizado pelo prefeito da época, Coaracy da Mata Fonseca, e conduzido pelo padre Epitácio Rodrigues, pároco. Quando a obra foi iniciada, o padre Hildebrando Mendes Costa, vigário²³ paroquial, percebeu irregularidades na estrutura e logo procurou o padre José Soares de Penedo-AL, para verificar.

O Padre José Soares tinha experiência em grandes construções, inclusive, fez parte da reforma da catedral de Aracaju-SE. Assim, o pároco percebeu que 90% do que tinha sido construído estava comprometido a ruínas e era necessário ser destruído para construir de modo correto. Devido a isso, o padre Epitácio decidiu derrubar o que já estava feito. As construções

²¹ É um templo religioso que tem significado de catedral ou divide as funções e poder de uma catedral diocesana.

²² Disponível em: <https://www.7segundos.com.br/arapiraca/noticias/2019/10/24/132934-concatedral-do-bom-conselho-e-a-historia-da-fe-do-povo-arapiraquense>. Acesso em: 19 jul. 2022.

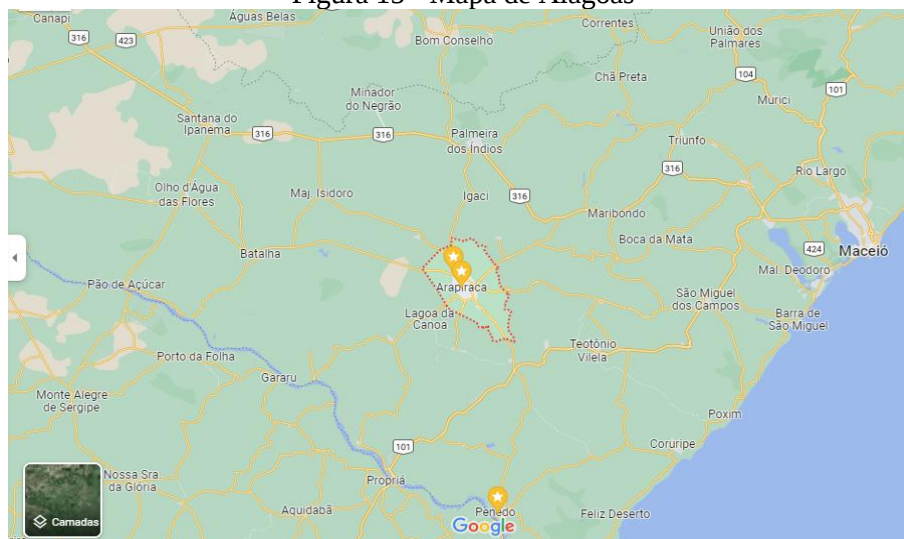
²³ Conforme o dicionário Michaelis, vigário é aquele que aquele que faz as vezes de outro ou o substitui. Na ausência do pároco, ele quem assume.

foram retomadas somente em 1973, e foi inaugurada em 1985, sob a gestão do padre Aldo de Melo Brandão. Até o momento, essa igreja é considerada o cartão postal da cidade.

Em relação ao aspecto religioso, há definições que contribuem para descrição dos motivos religiosos que conduziram os integrantes do movimento pró-diocese de Arapiraca irem em frente ao projeto diocesano. Contudo, é preciso levar em consideração a localização geográfica e o posicionamento econômico do município.

Arapiraca é a segunda maior cidade de Alagoas, em nível populacional e econômico, com uma população estimada em 234,309 habitantes (IBGE 2021) e PIB de 21.468,19 reais (IBGE 2019), fica atrás apenas de Maceió (capital). Sua posição geográfica lhe torna ponto estratégico, pois está no centro do estado, interligando a região agreste ao litoral e ao sertão.

Figura 15 - Mapa de Alagoas



Fonte: Google maps (2022)²⁴.

Ao discutir sobre a cidade de Arapiraca, deparamo-nos com diversas versões sobre a sua identificação territorial. De acordo com Santos (2020), em 1848, Manoel André recebeu de a tarefa de habitar a região do agreste alagoano. No entanto, essa região e as adjacências do território eram povoadas, devido a essa questão surge o dilema se, de fato, Manoel André deve ser considerado fundador da cidade.

O nome dado a cidade (Arapiraca) representa outra versão da sua fundação. O relato mítico diz que Manoel André foi pescar no riacho Perucaba (rio que corta a cidade) e obteve êxito em sua pescaria e surpreendeu a todos com a pesca de um grande peixe: “[...] O peixe, de espécie desconhecida, abriu sua boca e pronunciou a seguinte frase: ‘André, lança os fundamentos de tua cidade, com o nome da árvore que no momento te serve de teto, que teu

²⁴ Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Alagoas-36.7819505>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

nome ficará imortalizado nos anais da história de Alagoas” (SANTOS, 2020, p. 33). Assim, Arapiraca é o nome da madeira que foi usada para construir as habitações do povoado.

Diante disso, existe um monumento turístico, de preservação de uma árvore arapiraca. Com essas versões históricas da origem do município, o povoado cresceu em direção ao território da cidade de Limoeiro de Anadia.

A região passou por transformações econômicas que provocaram um aumento no número populacional, em decorrência da produção agrícola e do referencial geográfico.

[...] Desde a década de 1920, a região de Arapiraca foi se instituindo em produtora de farinha de mandioca, que era transportada pelo Rio São Francisco, através do porto de Penedo. Ainda em 1925, Arapiraca contava aproximadamente 1.500 habitantes com uma grande parte de sua população ‘desenvolvendo o plantio da mandioca, contribuindo com a transformação do referido povoado, no produtor de farinha de melhor qualidade da região’ Outros produtos, como o feijão e a batata doce, sempre fizeram parte da cultura arapiraquense, e eram comercializados na sua feira semanal (SANTOS, 2020, p. 34).

A produção agrícola tem é muito importante para a região e são destinadas não somente à agricultura para subsistência, mas também para a comercialização. Isso possibilitou que, todas às segundas-feiras, a cidade promovesse uma feira, que extrapola os moradores locais e oportuniza negociações comerciais com a população de outras regiões e cidades. Portanto, “[...] A feira de Arapiraca na década de 1960 era considerada uma das maiores feiras de toda a região Nordeste” (SANTOS, 2022, p. 35).

Figura 16 - Feira de Arapiraca na rua do comércio, atual Praça Manoel André



Fonte: Biblioteca IBGE (2022)²⁵.

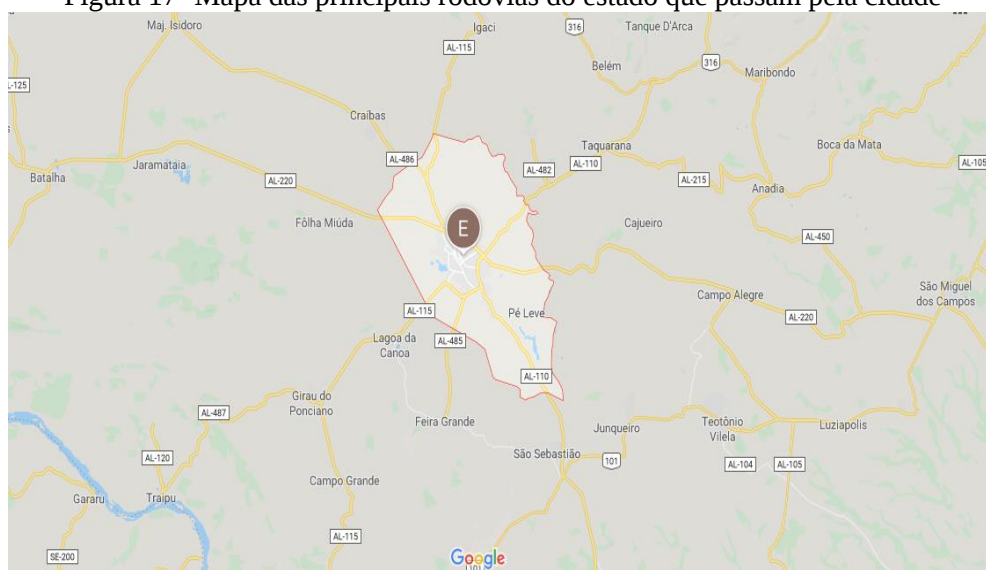
²⁵ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/al26771.jpg>> Acesso em: 13 jul. 2022.

Na fotografia acima, há uma demonstração de como eram realizadas as feiras na cidade de Arapiraca. Podemos observar a proporção da realização das vendas. Antes de conquistar o título de cidade, era conhecida como povoado, mas, pelas características da foto, Arapiraca já apresentava uma estrutura de vila. A feira era um ambiente que agregava várias pessoas, de lugares diferentes, no mesmo espaço.

A feira de Arapiraca também possibilitou a comercialização de produtos alimentícios e de outros bens de consumo, abrindo espaço para um comércio que atendesse as necessidades das comunidades locais e circunvizinhas, tanto em nível atacadista como varejista. Essa informação é relevante, pois a cidade ganhou destaque econômico em 1960, poucos anos após sua emancipação política, devido à Lei Estadual de nº 1009, de 30 de maio de 1924, que desligava Arapiraca da cidade de Limoeiro de Anadia.

Nessa trajetória histórica do município, outro fator econômico importante é o fato de a cidade ficar conhecida como a terra do fumo, devido à produção fumageira em grande escala. O fato do fumo ter ganhado grandes proporções de fabricação está atrelado ao hábito de uso do solo para produção agrícola, mas também, devido às possibilidades de exportar este produto para as demais cidades e estados, uma vez que as principais rodovias que conectam as cidades e Alagoas a outros estados nordestinos passam por Arapiraca. Vejamos a figura a seguir:

Figura 17- Mapa das principais rodovias do estado que passam pela cidade



Fonte: Web Arapiraca (2022)²⁶.

Essas rodovias possibilitam a circulação de veículos para compra e distribuição de produtos. No mapa acima, observamos que as quatro dimensões da cidade são entradas e saídas

²⁶ Disponível em: <<https://web.arapiraca.al.gov.br/a-cidade/regiao-metropolitana/>> Acesso em: 14 jul. 2022.

de rodovias: ao norte, encontra-se a rodovia estadual AL 220 sentido sertão; na rodovia AL 115, destino à cidade de Palmeira dos Índios e fronteira com o estado de Pernambuco; ao leste, saída para a cidade de Taquarana, pela rodovia AL 110, que faz contato com a rodovia federal BR 316, possibilitando o acesso à região da zona da mata e da capital; no sentido leste há a rodovia AL 220 que interliga ao litoral, à BR 101 e à capital; ao sul da cidade, a rodovia estadual AL 110 leva à região do baixo São Francisco, interligando a BR 101 ao litoral sul e à divisa com o estado de Sergipe. Por fim, no oeste do município, as rodovias estaduais AL 115 e 485 se interligam aos demais municípios do agreste alagoano.

Com a expansão do fumo, muitas empresas estrangeiras começaram a se instalar na cidade para fabricar cigarros e derivados do tabaco. Devido a isso, o comércio local agregou outra realidade comercial, proporcionando certo prestígio à população arapiraquense.

No caso de Arapiraca, a indústria de beneficiamento do fumo e o processo de ocupação do espaço urbano, ao longo dos anos, trouxe uma leva de comerciantes a implantarem seus estabelecimentos comerciais. E, diante dos aspectos elencados até agora, mesmo considerando os fatores de acesso pela construção de vias que permitiram maior circulação de pessoas e produtos, assim como interligaram Arapiraca a outras regiões de Alagoas (SANTOS, 2020. p. 46).

Diante do exposto, o comércio passou a ser uma necessidade para vender o que se produzia pelos moradores; e, com isso, muitos comerciantes puderam se instalar e aprimorar suas vendas, por meio da construção de um estabelecimento. Além disso, possibilitou a entrada de outros produtos que a cidade não produzia ou não fabricava.

Com esses elementos a seu favor: diversidade de produtos e rodovias acessíveis, por exemplo, “[...]entre 1950 e 1975, Arapiraca ultrapassou uma série de outras cidades na ampliação do comércio, assim como se tornou o principal centro distribuidor da região agreste” (SANTOS, 2020, p. 46). Dessa forma, é necessário que se observe que as atividades ligadas ao comércio foram de grande importância no processo de evolução urbana da cidade.

Com uma diversificação na sua produção econômica:

[...] fumo, produção agrícola, fábricas de produtos alimentícios; e no comércio dos próprios moradores como daqueles de cidades circunvizinhas através de sua famosa feira pelas ruas do centro da cidade, possibilitou um processo urbano repentino. [...] Em 1950 a população urbana de Arapiraca correspondia aproximadamente 26,71% da população total, saltando para mais de 64% da população total de Arapiraca na década de 1980. E, enquanto nesse período o aumento populacional rural foi de 23.399 habitantes, a população da zona urbana teve um aumento de 77.893 habitantes, mais de 9 vezes em 30 anos (SANTOS, 2020, p. 54).

Esse crescimento populacional provocou uma valorização da região central da cidade, um processo de migração massiva. A partir disso, consideramos que os elementos geográficos e econômicos favoreceram para que Arapiraca se tornasse a maior cidade que integra a diocese.

A própria atitude de centralizar projetos e reuniões acabou atribuindo-lhe importância dentro do âmbito diocesano. Conforme exposto pelo bispo Valério: “[...] eu vejo, por exemplo, mesmo morando em Penedo, o meu trabalho, como bispo, é mais voltado para esta região aqui; porque é aqui o peso populacional maior, não tem dúvida” (VALÉRIO, 2018). O trabalho voltado para a cidade é uma consequência de sua projeção no cenário da região agreste.

No documento produzido pelo Concílio Vaticano II, *Christus Dominus*, o funcionamento da Igreja passa pelas escolhas feitas pelos seus organizadores. Mesmo que haja um interesse dos fiéis, prevalece a concepção dos líderes e a hierarquia eclesial - dos cargos, das funções de cada um e das determinações territoriais para a organização administrativa. No seu inciso 22, exemplifica que

Para se conseguir a finalidade própria da diocese, é preciso que a natureza da Igreja se manifeste claramente no Povo de Deus que pertence à diocese; que os Bispos possam cumprir eficazmente nelas. Os próprios deveres pastorais; e que, finalmente, se atenda, o mais perfeitamente possível, à salvação do Povo de Deus [...] Portanto, em matéria de limites das dioceses, o sagrado Concílio dispõe que, na medida em que o bem das almas o exigir, quanto antes se realize com prudência a conveniente revisão, dividindo ou desmembrando ou unindo dioceses, alterando limites ou transferindo para locais mais convenientes as sedes episcopais, ou, por fim, sobretudo quando se tratar de dioceses que compreendem grandes cidades, dando-lhes nova organização interna (CONCÍLIO VATICANO II)²⁷.

Conforme recomendado pelo decreto, neste e nos demais incisos, por uma questão de se fazer presente, a Igreja que as dioceses não sejam demasiado grandes precisa se ter atenção, para que a expansão territorial da diocese não limite a execução do trabalho do bispo: visitas pastorais, coordenar atividades religiosas, cuidar dos sacerdotes, das freiras e dos fiéis como um todo.

Nesse sentido, até mesmo o bispo precisa solicitar ao papa a separação de uma cidade, a qual considera capaz de ser sede de uma nova diocese, como é o caso do pedido do bispo da diocese de Taubaté- SP, Dom José Antônio do Couto:

[...] Grandes motivos nos levam a esta consideração, que vimos agora, confiantemente, submeter à definitiva decisão de Vossa Santidade. A Diocese de Taubaté está situada num dos polos de maior desenvolvimento industrial, econômico e demográfico do Estado de São Paulo e do Brasil: o Vale do Paraíba. Fazendo parte do maior parque industrial da América Latina, nela se encontram sediadas cerca de 1.000 indústrias de grande e médio porte. A explosão demográfica tem sido muito grande também. Em 1950, a população de toda a Diocese de Taubaté era de 281 mil habitantes. Em 1960, tínhamos uma população de 363.925. O censo de 1970 registrou 528.852 e a estimativa para 1980 prevê uma população de 939.932 habitantes. Situado entre as duas grandes áreas industriais nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro, o eixo formado pelo Vale do Paraíba se constitui numa zona de industrialização

²⁷ Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

acentuada, dada a política de descongestionamento das grandes áreas metropolitanas. Essa a mais importante causa do espantoso crescimento da Diocese, o que ainda continua ocorrendo, pois novos investimentos industriais se apresentam trazendo um grande afluxo migratório extra-regional. O setor educacional, temos, no município de Taubaté a UNITAU, extraordinário conglomerado universitário, com treze mil alunos, a Faculdade de Medicina, com cerca de 500 alunos e em São José dos Campos quatro Faculdades sendo uma Federal, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (com 571 alunos do Brasil e do mundo), perfazendo um total de cerca de quatro mil universitários. Ainda o Centro Técnico Aeroespacial tem trazido um desenvolvimento grande à população. A pastoral exige sempre criatividade e presença do Pastor. O Concílio Vaticano II apresenta o Bispo como o animador e centro da unidade da sua Igreja Particular; recomenda também que, como Pastor, solícito e vigilante, esteja sempre junto de seu presbitério e do povo fiel, sempre atento às exigências pastorais no meio universitário, operário, marginalizados etc... O Bispo, como Pai e Pastor deve estar sempre presente nas diversas comunidades, encorajando a uns, curando a outros, incentivando a todos a perseverarem nos caminhos do Senhor. Tendo em vista todos esses fatores e as exigências pastorais do nosso tempo, consultamos o nosso Conselho Presbiteral e o Clero em geral a respeito da conveniência e necessidade do desmembramento da Diocese de Taubaté e a possibilidade de criação de uma nova Diocese com sede na cidade de São José dos Campos. Na Assembleia Regional da Comissão Regional Sul I, da CNBB, de 9 a 12 de novembro do corrente ano, ouvimos também o parecer e obtivemos a aprovação de todos os senhores Bispos do Estado de São Paulo. A região da futura Diocese possui um dinamismo sadio e consolador. A cidade de São José dos Campos é o 6º Centro Espacial do mundo, sede da 3ª Região Administrativa do Estado de S. Paulo. É o mais importante dos 35 municípios que compõem a Bacia do Paraíba do Sul, com uma área de 1.118 km² e uma população e uma população estimada em 293.547 habitantes, dos quais 275.765 na área urbana. É cortado pela Rodovia Presidente Dutra, que atravessa toda a Diocese, unindo São Paulo e Rio de Janeiro, como ainda pela Rede Ferroviária Federal, com fácil ligação com todo o interior do Estado. Dispõe também de aeroporto. A futura Diocese de São José dos campos possui uma população de aproximadamente 460.000 habitantes, com um clero dinâmico e com um bom entrosamento na pastoral. Os municípios que a constituirão são os seguintes, em número de seis: São José dos Campos, Jacareí, Santa Branca, Monteiro Lobato e Paraibuna, a serem desmembrados da Diocese de Taubaté, e Igaratá que, de comum acordo com o Exmo. E Revmo. Senhor Dom Emilio Pignoli, será desmembrado da Diocese de Mogi das Cruzes. A Diocese será constituída de 21 Paróquias já organizadas. O clero está constituído de 25 Presbíteros, sendo 16 Diocesanos e 9 Religiosos. Há 7 Diáconos Permanentes. Trabalham na região 194 Religiosas, distribuídas por 8 Congregações e 18 Comunidades. Quanto aos Seminaristas, há 7 no Seminário Maior (1 na Teologia e 6 na Filosofia) e 30 no Seminário Menor. Com relação à situação patrimonial e financeira da futura Diocese de São José dos Campos, observamos que, além do patrimônio imóvel e móvel constante de relação anexa, possui a mesma área de 19.840 m², onde está sendo construída a residência episcopal. Já existe construído prédio com amplas salas onde será instalada a Cúria Diocesana e onde funcionarão a Procuradoria, o Arquivo e o Secretariado de Pastoral. Para a “Mensa Episcopali” a futura Diocese com uma contribuição mensal da Paróquias no valor de Cr\$ 55.000,00 havendo já um saldo disponível de Cr\$ 421.083,47 em caixa, sendo parte em caderneta de poupança. A magnífica Igreja que servirá de Catedral está em vias de acabamento, havendo planta e fotografias da mesma no documentário anexo. O titular da Catedral será São Dimas e o da Diocese São José. [...] (DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS)²⁸.

²⁸ Disponível em: <<https://diocese-sjc.org.br/história/carta-de-criacao/#>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

A carta de criação da diocese apresenta diversos critérios que podem ser levados em consideração para a concordância do papa, desde a dimensão territorial e educacional até a econômica. Portanto, verificamos que há uma série de fatores para que uma localidade seja considerada apta para ser sede de um bispado.

Pela carta do bispo, podemos observar o interesse em solicitar abertura do processo e de ser reconhecido pelas demais dioceses ao seu redor, chamada de província eclesiástica. Neste caso específico, pró-criação da diocese de Arapiraca, Dom Valério faz menção a essa questão: “[...] Feito este primeiro passo, quer dizer o desejo ou necessidade pastoral do povo de Arapiraca e um parecer, grosso modo, favorável da província eclesiástica, então se deve encaminhar o pedido à nunciatura” (VALÉRIO, 2018).

Em colaboração com esse reconhecimento provincial, em uma entrevista concedida a um jornal da época²⁹, o presidente da Câmara de vereadores, Ricardo Nezinho, relatou que: “[...] O movimento conta com apoio dos bispos Dom Fernando Iório, de Palmeira dos Índios; Dom Valério Breda, de Penedo; e Dom José Carlos, de Maceió”, ou seja, havia um arcabouço de informações, consentimentos e de organização.

Dentre os diversos encontros promovidos, um deles chama atenção devido à significância que traz para o processo, o encontro com o núncio apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, representante do papa no Brasil. A conversa ocorreu após uma missa na catedral de Maceió, que contava com a presença de diversas personalidades de Arapiraca: “[...] nós nos reunimos [...] era eu e minha esposa, da. Girleide; o dr. Abel Magalhães, funcionário do Banco do Brasil e sua esposa; o ex-deputado Narciso Lúcio e sua esposa; o monsenhor Luís e Dom Valério [...]; e o núncio apostólico do Brasil. Tudo isso foi preparado pelo Dom Valério Breda e pelo núncio apostólico” (PEREIRA NETO, 2018).

Neste momento, Dom Valério os apresentou ao núncio, comunicou que era um grupo que se reunia e que estava formalizando o pedido para que Arapiraca tivesse sua diocese. Na eventualidade, apresentou o monsenhor Luiz como presidente do movimento. Questionado sobre essa possibilidade, o núncio comenta que muitas cidades estavam pedindo para que fossem eleitas dioceses, e, devido a demanda desses pedidos, seria difícil avaliar.

Segundo o depoimento do professor Pereira, o núncio apostólico salientou os critérios que eram necessários para um território ser reconhecido, sendo um deles ter condições financeiras para se manter. “[...] Mas, nesse encontro, ficou o pedido de monsenhor Luiz e de

²⁹ Trata-se de um recorte da matéria citada, porém não conseguimos, até o momento, identificar o nome do jornal e período publicado. As repartições dos jornais locais já foram consultadas, porém não obtivemos êxito.

Dom Valério que o núncio apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, colocasse Arapiraca como uma prioridade pra se criar sua diocese” (PEREIRA NETO, 2018).

A partir desse encontro, surgiu a necessidade de criar um documento que expressasse a intenção das pessoas (àquelas que faziam parte do movimento), que Arapiraca fosse considerada apta para ter sua própria diocese, seu próprio bispo, com sede na cidade. Por isso, foi criado um documento intitulado de “Carta do povo de Arapiraca”, que foi entregue ao bispo para que fosse encaminhado à província eclesiástica de Alagoas. Dentre os pontos presentes no documento, destacamos os seguintes:

[...] 11. Contudo, sabem Vossas Excelências Reverendíssimas, mais que estas ovelhas suas suplicantes, da realidade cristã e católica em nossos dias. Se os bens materiais têm-se multiplicado em nossa terra, os dons espirituais já não mais acompanham as mesmas proporções, o que tem sido motivo constante de reflexão dos setores paroquiais e religiosos. A instalação doutros segmentos ministeriais não-cristãos preocupam a tantos quantos têm a obrigação e o dever de lutar por um mundo e uma vida melhor e mais autêntica, embasados nos ensinamentos evangélicos.

12. Sabemos da nossa parcela de responsabilidade como leigos vocacionados a Templos Vivos do Espírito Santo. No entanto, estamos sempre a precisar das orientações pastorais que se fazem cada vez mais necessárias, numa iminência constante, porque não dizer, para o melhor alcance dos objetivos traçados a cada um pelo nosso único Pai.

13. A expansão demográfica, sem dúvida, tem distanciado o controle na instrução das ovelhas desse rebanho arapiraquense e de suas circunvizinhanças, pelo pequeno número daqueles que se dedicam na sua tarefa sacerdotal à administração de nossas paróquias, apesar dos esforços envidados e reconhecidos por todos.

[...] 17. Essas iniciais percepções supra referidas, dentre outras que poderão servir no estudo da problemática ora sob enfoque, fazem-nos ver e crer da necessidade de reestruturação de nossa comunidade católica para melhor desenvolvimento de nossa Província de Alagoas - e aqui ousamos sugerir, numa súplica - pela Criação da DIOCESE DE ARAPIRACA, a fim de efetivar o próximo passo àquele preliminarmente dado na transformação de nossa CASA DE ORAÇÕES na CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO.

18. A instalação de uma sede episcopal em Arapiraca, mais que reconhecida e sempre reverenciando sua “DIOCESE-MAE”, de Penedo, por seu mui querido bispo, D. Valério Breda, a quem destinará perenemente seus aplausos e suas orações, traria inúmeros benefícios à comunidade religiosa de Alagoas e vantagens diversas na sua administração local. As condições, salvo melhor juízo, parecem-nos satisfatórias. Províncias menores que Alagoas já possuem mais Dioceses e algumas de suas Mitras Diocesanas estão sediadas em regiões e cidades bem menos desenvolvidas, quer no setor demográfico quer no religioso, quer no socioeconômico.

- a) Haveria maior incentivo ao laicato na contribuição efetiva de suas participações;
- b) A semente das vocações sacerdotais e religiosas teria o impacto da fermentação mais adubada pela presença local e permanente de seu bispo, cuja atuação de seus auxiliares haveria de frutificar;
- c) As obras sociais da Igreja aflorariam e receberiam mais impulsos;
- d) A gratidão do povo, invariavelmente, levá-lo-ia a repensar seu posicionamento religioso, dando nova dimensão à caridade cristã e consubstanciando sua fé no Cristo e na Igreja [...] (CARTA DO POVO DE ARAPIRACA À PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE ALAGOAS, 2003).

O texto expresso atende aos anseios do grupo e, principalmente, da presidência da comissão. Além disso, possibilita um panorama da realidade arapiraquense e de como seria

configurada a possível diocese, caso fosse criada. Fazendo um comparativo à Carta de criação da diocese de São José dos Campos, verificamos semelhanças na descrição dos pontos apresentados, trazendo à tona elementos importantes para representar e comprovar que a cidade estava apta ao título.

A intenção desse documento era que, após os bispos lerem e observarem as petições, pudessem orientar os passos seguintes, bem como que este chegasse ao núncio apostólico. Após a elaboração da carta, os integrantes ficaram à espera de uma resposta. O professor Pereira destaca que “[...] o documento, pela informação que temos, ele foi pra Santa Sé, ele foi.... No mínimo, ele chegou na nunciatura apostólica. [...] se não chegou a resposta, [...] eu não tenho, assim, condições de dizer por isso ou por aquilo, não” (PEREIRA NETO, 2018).

Diante dessa afirmação, identificamos uma possível desinformação por parte da cúpula do movimento, pois não ficaram sabendo o que ocorreu após a elaboração do documento: “[...] recolhemos assinaturas e escrevemos uma carta, tudo para ser enviado para a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) o processo é longo e muito minucioso, acabou não vingando. O porquê exatamente eu não sei” (NEZINHO, 2018). Assim como o professor Pereira, Ricardo Nezinho também afirma que não teve conhecimento sobre o andamento do processo.

Apesar disso, ambos estavam confiantes de que esse documento chegasse ao núncio apostólico do Brasil. Contudo, eles não obtiveram respostas acerca da entrega do documento, se foi ou não recebido pela província ou pela nunciatura apostólica. Um dos participantes do movimento poderia comunicá-los sobre a situação, o monsenhor Luiz Marques Barbosa, que era o presidente.

Todavia, com base nos relatos, há uma desinformação entre a cúpula da comissão. O monsenhor não comunicou se o documento foi entregue e a quem ele entregou. Possivelmente, há um silenciamento do presidente sem apresentar motivos, perante o testemunho dos entrevistados José Pereira Neto e Ricardo Nezinho.

Essa falta de comunicação precisa ser analisada para que possamos entender qual foi o motivo do silenciamento do monsenhor diante da situação, enquanto todos estavam à espera de alguma resposta; algo que desmotivava os demais participantes da cúpula. O que ocorreu para que não houvesse respostas? Por que eles não souberam, o professor e o vereador, de mais informações? Por que o monsenhor não apresentou nenhum tipo de informação? Na próxima seção, discutiremos sobre essas questões. No entanto, consideramos necessário discorrer, brevemente, sobre alguns personagens envolvidos nessa história.

3.1 Professor Pereira

As informações relatadas a seguir foram concedidas pelo próprio participante, em uma entrevista ao projeto *Raízes de Arapiraca*, documentário sobre a história de Arapiraca, que buscava contar a vivência de algumas personalidades do município.

José Pereira Neto, conhecido como professor Pereira, nasceu na cidade de Viçosa-AL. A convite de seu tio materno, mudou-se para Arapiraca, pois acreditava que naquele local havia mais oportunidades de emprego. Chegou à cidade em 23 de janeiro de 1954, e logo iniciou os seus estudos na Escola Adriano Jorge, passando por mais duas instituições: Instituto São Luiz e Colégio Cenecista Nossa Senhora do Bom conselho.

Antes mesmo de morar em Arapiraca, Pereira acreditava que a sua vida melhoraria, inclusive, em relação ao isolamento que vivia por residir em um território distante da vida urbana. Ao chegar em Arapiraca, “[...] tudo aquilo que eu sonhava eu encontrava e muito mais. Arapiraca era a alegria que eu sonhava ver. Tudo de Arapiraca pra mim, era bonito e era bom. Eu me apaixonei... [...] foi um amor arrebatador” (Raízes de Arapiraca, 2018).

Sua vida profissional inicia na função de bancário, sendo que, em 1968, muda-se para Maceió para assumir o concurso de bancário, no Banco do Nordeste do Brasil. Nesse período, havia passado pelo seu primeiro casamento em que ficou viúvo. Tinha uma filha e, por causa do emprego, deixou-a na casa de seus pais, retornando sempre aos sábados para visitar a cidade e os seus parentes, como cita: “Ficava ansioso. Pegava o ônibus de sábado às 4 horas da manhã e 8h eu já estava em Arapiraca... na praça Marques da Silva. Era uma beleza. Estava no céu” (Raízes de Arapiraca, 2018).

O professor Pereira demonstrava uma paixão pela cidade, paixão esta que iniciou ao chegar na cidade e aumentou com o passar do tempo. Mesmo morando na capital alagoana, empenhou-se em transformar Arapiraca em uma cidade conhecida. Tornou-se amigo do redator chefe do Jornal Gazeta de Alagoas, José Rodrigues de Gouveia, pois ambos trabalhavam na mesma função bancária.

Esse contato possibilitou que o professor utilizasse dos meios de comunicação para externar o sentimento que nutria por Arapiraca, pois tudo que acontecia de relevante na cidade virava matéria do jornal, sobretudo, as notícias de cunho esportivo. Ele era torcedor do ASA (Agremiação Sportiva Arapiraquense). Em suas palavras: “eu sempre sonhei que Arapiraca seria uma cidade grande e completa” (Raízes de Arapiraca, 2018). Esse desejo fez com que ele participasse de algumas ações em benefício ao município.

Algumas dessas ações foram: a publicação dos eventos da cidade no jornal; torcer e beneficiar o ASA; e as interferências de investimento na cidade, visto que Pereira ajudou Arapiraca a ter uma escala regular de voos através da companhia Nordeste, empresa do estado da Bahia, com participação privada. Em 1999, as suas ações pela cidade foram reconhecidas e ele recebeu o título de cidadão honorário: “É uma coisa muito importante. É as pessoas dizendo você vem para o seio da nossa família” (Raízes de Arapiraca, 2018).

O filho de Leôncio Pereira da Silva e Maria José da Silva, morando em Maceió, voltou a constituir uma nova família. Além da vida bancária, especializou-se em outras áreas. Fez faculdade de Direito e, após se aposentar da vida bancária, atuou como professor desse curso, no Centro Universitário de Maceió (CESMAC). Trabalhou na referida instituição por mais de 40 anos, ocupando diversas cadeiras acadêmicas.

Além dessas questões, Pereira enfrentou alguns problemas em relação à saúde. No ano de 2009, foi diagnosticado com câncer. Fez o devido tratamento, com quimioterapia, e obteve êxito. No entanto, em 2022, aos 79 anos, foi acometido pela mesma doença que, desta vez, levou-o à morte.

Figura 18 - Professor Pereira sendo homenageado no Cesmac



Fonte: Cesmac (2022)³⁰.

3.2 O monsenhor

Luiz Marques Barbosa é filho de José Marques Barbosa e de Amenila Cardoso. Nasceu na cidade de Anadia-AL, no dia 05 de maio de 1927. A sua trajetória sacerdotal foi marcada por uma formação realizada na arquidiocese de Maceió. Em 15 de agosto do ano de 1951, foi ordenado pelas mãos do arcebispo dom Ranulpho Farias. Pouco tempo depois, foi designado vigário da paróquia do Trapiche da Barra, em Maceió.

³⁰ Disponível em: <<https://cesmac.edu.br/noticias/gerais/jose-pereira-neto-recebe-homenagem-do-cesmac>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Após prestar concurso público, assumiu o cargo de capelão da Polícia Militar do estado de São Paulo (1971-1984). Em decorrência da dificuldade de acessar informações sobre o monsenhor, não sabemos os reais motivos para que ele se afastasse da área policial. De acordo com Duarte (2010), o padre Luiz Marques foi o segundo capelão, sendo que os seus treze anos de assistência religiosa foram sucedidos pelos dezenove anos de capelania do padre João Benedicto Villano (1984 a 2003). O autor destaca que o principal motivo para o desligamento do padre Luiz foi a aposentadoria.

Com isso, o monsenhor Luiz retorna ao estado de Alagoas, para a diocese de Penedo, e passou a atuar em sua cidade natal, Anadia. No dia 17 de setembro de 1989, foi empossado como vigário paroquial da Igreja de São José, no bairro Alto do Cruzeiro – Arapiraca, onde prestou seus trabalhos até 2009.

Tanto em Arapiraca como na diocese de Penedo, era conhecido por seu destaque intelectual e por pregar os ensinamentos religiosos da instituição. Em entrevista ao site Observatório da Imprensa, o taxista Cícero da Silva, relata que o monsenhor “[...] falava da Bíblia de um jeito que até eu, que não sou muito bom de escrita, compreendia” (ARRUDA, 2010). Havia uma facilidade na comunicação do padre com os fiéis, tornando-se um importante ato de convencimento.

O repórter Roldão Arruda, ao escrever sobre o padre Luiz Marques, destaca que “[...] é difícil encontrar alguém que não faça algum tipo de elogio ao monsenhor Luiz. Suas missas, na Paróquia São José, atraíam gente de toda a cidade” (ARRUDA, 2010). O monsenhor era um sacerdote que estava na condução de muitos grupos católicos de oração, um deles foi o grupo Renovação Carismática Católica (RCC)³¹ que tinha como fundamento reforçar a vivência da doutrina da igreja e os seus princípios morais.

Como representante do clero, o monsenhor era “[...] simpático, voz forte e afinada, dava ênfase aos cânticos durante as missas e pregava de modo direto e tocante” (ARRUDA, 2010). Por ser direto na comunicação, exigia que as mulheres frequentassem suas catequeses e celebrações litúrgicas vestidas com modéstia, além de chamar atenção daquelas pessoas que faltavam às missas nos finais de semana.

Cada vez mais, o monsenhor ganhava destaque não só na igreja diocesana, como também nas páginas de jornais e nas rádios, em razão do seu carisma, da sua postura e dos seus

³¹ A Renovação Carismática Católica (RCC) é um movimento católico que surgiu nos Estados Unidos, em meados da década de 1960. Ele é voltado para a experiência pessoal com Deus, particularmente através do Espírito Santo e dos seus dons. Esse movimento busca dar uma nova abordagem às formas de doutrinação e renovar práticas tradicionais dos ritos e da mística católicos. Disponível em: <<https://metropolia.org.br/movimentos/movimento-da-renovacao-carismatica-catolica/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

trabalhos sociais. Sobre isso, o professor Pereira explica porque o procurou para tratar sobre o assunto da diocese de Arapiraca:

Fui à Arapiraca e conversei, fui fazer uma visita ao monsenhor Luís Marques e, eu não o conhecia, nunca tinha estado com ele, não o conhecia; mas eu lia nos jornais, em todos os movimentos que visavam o crescimento de Arapiraca o monsenhor Luís Marques estava presente, era sempre presente. Era uma pessoa com quem as administrações, independentemente de cor partidária, sempre se socorria do monsenhor. Era sempre muito presente em todos os movimentos que traziam benefício para Arapiraca (PEREIRA NETO, 2018).

Em outra entrevista, agora com Ricardo Nezinho³², o critério que fez com que o grupo pró-diocese o indicasse como presidente da comissão foi a seu destaque social. “[...] Por sugestão do presidente da Câmara Municipal, Ricardo Nezinho, as mais de 50 pessoas presentes no encontro indicaram o monsenhor Luiz Marques como presidente da comissão que vai tratar do assunto com as autoridades eclesiais”.

Pereira também expressa o motivo da escolha pelo nome do padre Luiz como presidente: “[...] o presidente será o senhor, porque monsenhor Luís tinha todo o apoio da sociedade, da Igreja; era...a pessoa que entendia, então ele foi eleito o presidente da comissão pró-criação da diocese de Arapiraca (PEREIRA NETO, 2018). Nas duas falas, verificamos que nenhum dos entrevistados manifesta a reação do monsenhor sobre a nomeação, compreendemos, portanto, que essa decisão também o agradava.

No entanto, em uma das comemorações dos seus 80 anos, ele “afirmou que está feliz na sua missão e por contribuir para fazer uma Arapiraca mais feliz mais humana e mais justa” (GONÇALVES, 2007). Esta mesma matéria noticiou que, nesse dia, ele recebeu diversas homenagens, na cidade de Arapiraca.

O próprio título de monsenhor é concedido como homenagem honorífica, por desempenhar e por se destacar por meio dos serviços prestados à comunidade religiosa e aos fiéis. Na época, outros padres também receberam esse título como forma de homenagem.

As honrarias, as suas atitudes de promoção social e crescimento da fé dos fiéis não o impediram de desempenhar as suas funções, pois, mesmo com idade avançada para o cargo - o código de Direito Canônico orienta que funções eclesiais da administração sejam admitidas até os 75 anos -, atuava como pároco da igreja de São José.

Em 2010, aos oitenta e três anos, o monsenhor Luiz Barbosa Marques é afastado das funções administrativas da paróquia e das funções eclesiais, não devido à idade, mas por se

³² Temos acesso ao recorte da notícia, no entanto, não conseguimos identificar os dados de publicação, tais como: o nome do jornal, ano, edição, etc.

envolver em um escândalo. Esse acontecimento fez com que ele perdesse o seu prestígio perante uma parcela significativa de fiéis, além de abalar as estruturas da diocese de Penedo e das paróquias de Arapiraca.

Com essa decisão, o monsenhor se recolhe em sua residência que foi construída com a ajuda de fiéis e passa a viver da sua aposentadoria adquirida a partir da função de capelão militar. Ademais, foi proibido de celebrar os ritos eucarísticos, inclusive, como oração pessoal. Na próxima seção, destacamos alguns eventos que motivaram as atitudes tomadas pelas autoridades eclesásticas em relação ao padre Luiz Marques, bem como o desfecho da trama que deu abertura à esta dissertação.

Figura 19 - Monsenhor Luiz Marques Barbosa



Fonte: Jornal o tempo (2022)³³.

4 DESFECHO DA TRAMA

Essa terceira e última parte desta dissertação tem como objetivo desvendar os principais motivos que provocaram um conflito interno na igreja local e compreender a desmotivação do grupo pró-diocese de Arapiraca. Essas questões estão associadas à determinação, ao posicionamento e à reação diante do envio e da leitura de um *e-mail*.

Após conhecermos os dois personagens principais dessa trama, chegou o momento de confrontarmos a perspectiva de cada um diante do processo de criação da diocese, isto é, como cada um visualizava e arquitetava as possibilidades de uma diocese, em Arapiraca. Para tanto, retornaremos ao *e-mail* para refletir sobre os seguintes questionamentos: por que Dom Valério escreve o *e-mail*? Que termos são utilizados para se dirigir ao padre? Como o monsenhor reage

³³ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/padre-acusado-de-pedofilia-cumpre-prisao-domiciliar-1.371893>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ao recebê-lo? Essas provocações são importantes para que a nossa fonte de pesquisa seja analisada a partir das diversas possibilidades que ela oferece.

4.1 A ordem é para silenciar!

O silenciamento, sob o viés histórico, existe quando há forças e poder que fazem com que muitas coisas sejam tratadas como não existentes ou que não devem ser comentadas. Contudo, o “silêncio não é somente a ausência de ruído” (CORBIN, 2022, p. 9). Estamos acostumados àquilo que é dito, logo, só consideramos que há existência do silêncio quando não há barulho; o silêncio não chama atenção pelo que ele provoca, mas pelo que o antecede, pelo o que o torna presente, o que leva a perceber a sua existência. Nesta história, verificamos o suprimimento de várias informações, isso provoca o silêncio.

O silêncio não é fruto apenas do que não é falado, mas pode se manifestar a partir dos seres humanos, nas obras, nos sonhos, nas emoções, nas seleções que fazemos. Tudo isso pode ser considerado manifestações dos silenciamentos que queremos fazer ou que somos impostos a fazer. Conforme Corbin (2022, p. 9), “[...] como o lugar interior do qual a palavra emerge. [...] a pintura era palavra do silêncio”, assim, há uma representação do silêncio, pois mesmo sem ruídos, ele se faz presente de modos diferentes.

No contexto dessa pesquisa, pensando no ano de 2003, que marca um novo milênio para a humanidade, com a transformação tecnológica se propagando pelos ambientes de trabalho e pelo convívio social, torna-se difícil controlar a circulação de notícias. A *internet* estreitou laços e informações.

Todavia, não é novidade que qualquer material tem facilidade de divulgação através da rede de dados, afetando, muitas vezes, o sigilo das informações. Portanto, como o bispo poderia esperar privacidade sobre o assunto quando o próprio *e-mail* circulava nos extremos das regiões do país? Será que se o assunto fosse tratado via carta, telegrama ou outros recursos comunicativos o cenário seria outro?

Pensemos no período: estamos falando da passagem do ano de 2003, momento em que nem todos tinham acesso à internet. Esse tipo de comunicação era visto como uma novidade e não chegava a todos os lares brasileiros e nem a todas as regiões do país. Somente quem tinha poder aquisitivo poderia ter tal equipamento em casa. Assim, a divulgação da notícia não ocorreu pelas plataformas digitais, mas por meio do “boca a boca” dos fiéis, nas reuniões de movimentos religiosos da igreja e nas conversas privadas dos padres.

O termo “silenciar” se desprende da sua definição, pois, ao pesquisarmos o significado da palavra, encontramos: manter silêncio de algo, calar, não falar sobre; algo que não aconteceu, uma vez que este trabalho vai de encontro a esse silenciamento. O desejo do bispo de silenciar se dá por meio de uma ação seletiva e intencional, pois ele queria que o assunto não fosse divulgado. Ele não reclama apenas pela falta de sigilo, levando a crer que se tratava de algo que não poderia ser divulgado, como se aquilo interrompesse algum planejamento, ou por medo de vazar alguma situação interna.

Todavia, o silenciar como uma ordem traz consigo uma imensidão de possibilidades: proibir, banir, calar, etc. Para nossa exploração, optamos pela significação do verbo banir. Sobre a definição deste verbo, encontramos a seguinte informação: tirar de circulação. Assim, deixar que uma notícia cesse seu próprio movimento de circulação indica intenção.

[...] quanto mais ampla é a difusão do saber, mais rigoroso é o controle sobre a produção histórica: ora ela emana do Estado, de seus organismos, e nisso vemos o sinal de que a liberdade não impera, ora, imperando a “liberdade”, esse controle emana da sociedade, e o debate sobre a história ocupa o primeiro plano (FERRO, 1924, p. 1).

Segundo Ferro (1924), a circulação de informações tem caráter de interesse, não se veicula se não tem um objetivo a alcançar; e isto produz um significado muito importante para a história, pois a movimentação que a informação ganha e a quem ela atinge traz uma repercussão significativa para a sociedade.

Pois, na verdade, o Estado e o político não são os únicos a colocar a história sob vigilância. Também o faz a sociedade, que, por sua vez, censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma (FERRO, 1924, p. 1).

Nesse sentido, consideramos que há uma necessidade de vigiar o que está sendo circulado, afinal, não se pode deixar tornar conhecido o que pode vir a arruinar a imagem de um grupo, pois a sociedade faria julgamentos. A igreja católica repercute uma postura conservadora, devido a isso, seus representantes procuram manter o sigilo acerca de diversas questões.

Esse interesse caracteriza um processo de esquecimento do fato, mas para a história essa ação não é “normal”, uma vez que “[...] não podemos deixar de perceber que os usos do esquecimento não são nunca neutros”. (FÉLIX, 2004, p. 48). Essa atitude é intencional, tendo em vista que os interesses da instituição são colocados em primeiro lugar.

O posicionamento do bispo é uma potencial ação de morte da memória do grupo, demonstrando-se inibido e incomodado por sentir que seu espaço pode ser invadido. Desse

modo, o seu posicionamento decorre do anseio de que esta situação não tome proporções maiores. Em contrapartida, esse comportamento fere um dos recursos mais utilizados como elemento histórico que é a memória. Mas, afinal, o que o bispo gostaria de silenciar? A criação da nova diocese ou o padre?

4.2 A desobediência do monsenhor

Ao ler o *e-mail*, o monsenhor não se intimidou, pelo contrário, sentiu entusiasmo em prosseguir e ver qual seria o resultado de tudo isso: “não me chamou de diabo. Aí que me motivei [...] vou levar a frente” (MARQUES, 2018). Essa atitude foi considerada muito ousada, porque, em nível hierárquico, o padre é submisso ao bispo, sendo que a desobediência não deve fazer parte da conduta de um sacerdote.

O monsenhor procurou conquistar mais adeptos e verificar todas as possibilidades para atingir o seu objetivo, inclusive, com outras personalidades municipais e intermunicipais. Essa ação é considerada destemida, pois construir algo quando se refere à religião, não é fácil. Possivelmente, ele estava ciente das dificuldades no momento em que aceitou o convite para coordenar esse movimento; principalmente, porque a iniciativa se deu por um leigo, que nem era morador da cidade e nem residia no perímetro diocesano, o professor Pereira.

Quando o professor Pereira, o monsenhor Luís Marques e Ricardo Nezinho se reuniram e discutiram sobre os caminhos a serem tomados para tornar a cidade diocese, vemos que “[...] as paixões que nos movem são puramente políticas ou político-econômicas, e de que a religião não passa de uma máscara e uma mistificação, um encobrimento ideológico de ambições perfeitamente seculares e mais ou menos egoístas” (GEERTZ, 2001, p. 159).

Nesse contexto, verificamos um desentendimento entre o bispo e o padre que é evidenciado quando o *e-mail* chegou ao conhecimento do bispo de Catanduva, Dom Orani João Tempesta. Na mensagem, foram solicitadas informações e auxílio sobre como conduzir o trabalho no projeto de criação da diocese de Arapiraca. Dom Orani repassou o *e-mail* ao bispo de Penedo que, no mesmo dia, reenviou ao monsenhor, afirmando que ele estava indo longe demais, um passo imprudente. Assim, o monsenhor Luiz Marques compreendeu que estava sendo criada uma barreira para o projeto.

A determinação do monsenhor em seguir com o projeto indica que havia intenções que estavam além da criação da diocese. Começaram a surgir alguns rumores de que ele tinha o intuito de ser bispo, devido ao seu protagonismo no processo. Ainda, era comum observar uma certa resistência e discórdia dos párocos locais sobre essa suposição.

Diante disso, compreendemos que, mesmo que o monsenhor estivesse agindo em prol de questões pastorais, ele também era motivado pelo poder e por seus interesses próprios: ser bispo, enfrentar o bispo da época, ser reconhecido como aquele que pensou e estimulou a criação da diocese, ser considerado o representante político que proporcionou o apogeu da cidade. Tudo isso está permeado por relações de poder que, inconscientes ou não, faziam-se presentes e precisam ser levadas em consideração. Nesse cenário, observamos outra explicação para a relação conflituosa entre os dois clérigos, o bispo Valério Breda e o Monsenhor Luiz Marques Barbosa.

As atitudes do monsenhor de prosseguir no processo de criação demonstram um comportamento firme diante das decisões. Em entrevista, o padre Ednaldo Batista (2022) comenta que o monsenhor tinha um comportamento tempestivo e dizia: “meu pensamento é este e eu não mudo”. Assim, confrontava qualquer um que o contrariasse, inclusive, o bispo.

Dom Valério também tinha um temperamento difícil: “[...] um comportamento tempestivo, por ser italiano. Mais brusco” (BATISTA, 2022). Estamos, portanto, falando sobre duas pessoas que se enfrentavam, frequentemente, o que causava choques de pensamento de ordem religiosa e nas relações de poder. Além do mais, o monsenhor já era uma figura importante não somente para o meio católico, como para a sociedade como um todo, pois conquistou o reconhecimento de várias autoridades civis e militares da cidade. Será que a atitude de Dom Valério era motivada apenas pelo medo de perder o seu espaço de poder ou teria mais algum elemento que contribuísse para isso?

4.3 Os escândalos de pedofilia

Nos últimos anos, a igreja católica precisou assumir um problema que, até então, era ocultado da sociedade: muitos dos seus membros foram causadores de sofrimentos em crianças e jovens, provocando-lhes uma ruptura com a descoberta precoce de sua sexualidade, devido ao descontrole de alguns padres que, patologicamente, trouxeram para seu ministério sacerdotal a pedofilia.

Os casos de abusos são registrados desde a administração do papa João Paulo II (1978-2005). Um papa polaco, contrário ao regime comunista e que usava de conceitos e posicionamentos moralistas como conduta perante o seu papado. No entanto, não se ateu ao moralismo para entender os seus aliados na cúria e na vida particular, como comentou o jornalista Frédéric Martel: “[...] João Paulo II [...] não se preocupava nada com o seu círculo próximo e talvez não o suficiente com a moralidade dos seus apoiantes” (MARTEL, 2019, p.

243). Assim, ele não deu a devida importância aos casos de abuso e aos relacionamentos homossexuais envolvendo os seus aliados. Muitas situações eram silenciadas, mas depois vieram à tona, configurando-se como um problema para a instituição.

Seu secretariado, pessoas de confiança, núncios apostólicos e a cúria romana estavam envolvidos nos escândalos que foram acobertados, na década de 80 e 90, nos países europeus e americanos. “O nome de Stanislaw Dziwisz é recorrente em dezenas de livros e artigos relacionados aos abusos sexuais, não por ter acusado pessoalmente desses atos, mas por ser suspeito de ter dado cobertura, a partir do Vaticano, a padres corruptos” (MARTEL, 2019, p. 242).

Esse trecho se refere ao secretário particular do papa João Paulo II, que foi acusado de guardar segredo sobre casos de padres pedófilos poloneses, mexicanos e colombianos. Essas questões não eram consideradas relevantes, pois ele estava preocupado em não atrapalhar o objetivo do papa: defender a fé e os países das investidas do comunismo, de declarar guerra à ideologia que estava se alastrando pelos países.

Não foi diferente para o núncio apostólico do Chile, fazendo parte da cúria romana, não revelava os casos de abusos sexuais que vários padres cometeram. Angelo Sodano, italiano, ambicioso e pouco comunicável, “[...] aspeto muito efeminado” (MARTEL, 2019, p. 250), “[...] a sua maneira de estender a mão era invulgar: não apertava a mão, fazia-nos uma espécie de carícia feminina, como uma cortesã do século XIX, antes de desfalecer e pedir que lhe trouxesse os sais!” (MARTEL, 2019, p. 255). Essa descrição característica do núncio nos faz refletir sobre as pessoas de confiança do papa e que são as mesmos que condenavam homossexualidade, iniciando uma guerra contra eles mesmos. Afinal, “[...] uma maioria de homossexuais no armário, amiúde homofóbicos em público” (MARTEL, 2019, p. 232).

As personagens do alto escalão da hierarquia eclesiástica católica, a cúria romana, estavam envolvidas no acobertamento dos escândalos de padres pedófilos: “encontramos o nome de Ângelo Sodano no centro da maior parte dos escândalos, aqui no Chile. O núncio não estava em Santiago apenas em razão da fé” (MARTEL, 2019, p. 258). Esse envolvimento caracteriza a proximidade com padres acusados de pedofilia e com o regime ditatorial de Augusto Pinochet. Sua atitude foi sempre em defesa dos padres acusados desses casos, pois protegia a instituição, os amigos e a si mesmo.

Ele acreditava que um padre não pode ser abandonado pela Igreja e que as tentativas de transferência de um sacerdote de localidade ou de paróquia poderia resolver o problema: “[...] a Igreja pratica sigilo e encobrimento. Em vez de se reportar à sociedade civil (polícia, órgãos de proteção à criança, promotores etc.), ela simplesmente transfere o predador para outra

paróquia” (GUSMÃO, 2023, p. 162). Essa era a prática feita pelos líderes religiosos que cuidavam dos casos de encobrir os fatos ou considerar que seriam questões passageiras. Consideravam que as acusações não seriam levadas em consideração, devido ao prestígio e ao poder que a igreja exercia sobre os fiéis.

Sobre as acusações, os casos não se restringiam às crianças e aos adolescentes, houve muitas denúncias de padres que foram violentados enquanto eram seminaristas, como é o caso dos abusos da ordem *Opus dei*, os legionários de Cristo, em que o fundador, padre Marcial Maciel, foi acusado de abusar sexualmente de sete padres que, na época (1997), eram seminaristas.

A carta foi arquivada pelo secretário de estado, Ângelo Sodano e pelo secretário particular de João Paulo II, Stanislaw Dziwisz. Mais uma vez, houve negligência sobre o caso por parte das autoridades da religiosas. Contudo, outro cardeal, o arcebispo Christoph Schonborn, tomou ciência dos escândalos e denunciou o caso publicamente. Os casos foram notificados em 2005, no início do pontificado de Bento XVI. Em 2010, o Vaticano comunica os crimes cometidos pelo padre Marcial Maciel. Diante disso, verificamos que há sempre uma tentativa de esconder os fatos, amenizando a sua gravidade.

Os abusos não estão isolados ao Brasil, na verdade, há um histórico amplo de casos semelhantes aos que foram relatados. A pedofilia praticada pelos sacerdotes apresenta vítimas com características semelhantes: filhos de famílias simples, com uma devoção religiosa e uma confiança na igreja e nos padres. De acordo com Gusmão (2023, p. 29), “[...] Para uma família humilde, que sonhava ver o menino crescendo balizado pelos dogmas da Igreja Católica, era uma bênção” (GUSMÃO, 2023, p. 29). Continua: “Como os dois coroinhas, ele não conviveu com o pai, era de família humilde e encontrara na Igreja um caminho para enfrentar as dificuldades” (GUSMÃO, 2023, p. 66). Portanto, verificamos que há uma concepção de que a condição social deixa as crianças mais acessíveis para as aventuras sexuais, assim, eles utilizavam da confiança que as famílias depositam na igreja e na função que eles desenvolviam: “Sou de uma família humilde, sempre quis ter uma vida tranquila, apegada a Deus” (GUSMÃO, 2023, p. 137).

Como forma de coagir as vítimas e garantir o silêncio, os padres pagavam pelo ato realizado: “[...] colocam a mão no bolso, doam dinheiro, terrenos, objetos” (GUSMÃO, 2023, p. 36), e, “às vezes, o padre mostrava revistas eróticas e dava dinheiro, disse Leo” (GUSMÃO, 2023, p. 45). Segundo uma vítima: “não percebi como ele tratava os outros, mas me tratava diferente porque de vez em quando me dava dinheiro todo embolado na mão, [...] sempre que ele mexia comigo, me dava R\$ 8,00 ou R\$ 10,00”. Um padre relatou: “depois, dei dinheiro,

uma gratificação que quis dar, porque ele pediu” (GUSMÃO, 2023, p. 123). Além disso, eles levavam as crianças a acreditar que elas eram culpadas pelo ocorrido e que deveriam pedir perdão a Deus por aquela atitude. Essas informações só se tornaram conhecidas após as denúncias e o julgamento dos casos.

Nessa perspectiva, a cúria romana estava ciente de casos de pedofilia pelo mundo a fora e, no Brasil, não era diferente. As ações tomadas pelos bispos não divergiam do que era feito no governo do papa polonês, acreditando que o problema seria resolvido, ou deixando em segredo, sempre utilizando a transferência do padre para outra cidade ou paróquia. As autoridades eclesiásticas tinham conhecimento dos abusos:

[...] carta de recomendação escrita pelo bispo de Bauru, Dom Aloysio José Leal Penna. Era uma prova de que a Igreja tinha conhecimento dos atos criminosos do clérigo. — Achamos a carta quando ele voltou para Agudos. O bispo Dom Aloysio recomendava que o frei Tarcísio fosse mantido sob supervisão psicológica. Isso revela que a Igreja tinha, no mínimo, suspeitas dos problemas dele em Anápolis (GUSMÃO, 2023, p. 36).

Esta citação se refere ao caso de acusação e julgamento do Frei Tarcísio Tadeu, da diocese de Bauru-SP. O caso foi sentenciado em 15 anos, 1 mês e 20 dias de reclusão na comarca de Agudos, São Paulo. Essa foi sua primeira acusação por atentado violento ao pudor contra um menor de 8 anos que foi abusado sexualmente. As denúncias não se resumiram a essa situação, pois ele continuou a praticar esses atos após ser dispensado das funções sacerdotais.

Outro caso que gostaríamos de chamar atenção é o do Frei Paulo Back, frade franciscano, da Ordem dos Frades Menores (O.F.M):

[...] os superiores de Back sabiam das tendências pedófilas do padre há pelo menos dez anos. De dois CDs encontrados na casa paroquial e analisados pela perícia, foram extraídos e-mails de Back de fevereiro de 2004”. “[...] O frade enviou dois e-mails, em 26 e 27 de fevereiro — ou seja, com menos de um mês na paróquia —, a “Dom Luiz Antônio” e a “Frei Augusto”. O primeiro é Dom Luís Antônio Guedes, então bispo da Diocese de Bauru. O segundo é o frei Augusto Koenig, superior direto de Back, que morreu em 2010. Nas mensagens, ele dizia estar sendo acusado pelo pai de dois garotos de Bauru de ter tocado em seus órgãos genitais e também fazia menção a denúncias anteriores contra ele — sem precisar a data — ocorridas em Santos, no litoral paulista. Lá, segundo o frade, foram distribuídas cartas anônimas retratando-o como homossexual e pedófilo (GUSMÃO, 2023, p. 107).

E continua:

Em seguida, vinha o trecho mais grave da mensagem de Koenig a Back. “Na reunião na Casa do Sr. Bispo, combinamos guardar segredo de tudo que lá se passou, mas ao que parece é você mesmo que está alardeando a situação e criando clima difícil. Em Santos, já foi também assim”, escreveu, apelando em seguida: “Eu lhe peço de novo, Paulo. Para com esse tipo de orientação. Você está pondo em risco seu presbiterato e seu franciscanismo. Você não pode desejar se tornar um mártir por essa prática pastoral. Reconsidere. Você está pondo em risco a Província que você quer tão bem. [...] O definitório decidiu, sobretudo depois da última ameaça do pai dos menores, ‘recolher’ você para uma temporada de terapia em São Paulo ou em algum outro lugar

[...] e só depois é que decidiremos para onde você será transferido (GUSMÃO, 2023, p. 108).

Mesmo depois do papado de João Paulo II, essa prática continuou em evidência. Com Bento XVI, ainda se verificou as atitudes de transferir e esconder o caso para que a comunidade católica e a sociedade não ficasse ciente dos casos. A situação era tratada de modo a pensar apenas na imagem da igreja, anulando o sofrimento das vítimas e as consequências psicológicas.

No papado de Bento XVI, a questão da homossexualidade ganhou mais evidência do que a pedofilia: “[...] quanto mais subimos na hierarquia vaticana, mais homossexuais encontramos, efetivamente. E os cardeais que o papa criou seriam, na sua maioria, pelo menos homófilos e alguns muito praticantes” (MARTEL, 2019, p. 551). Nesse sentido, é impossível que o papa não tivesse ciente e/ou não percebesse as atitudes dos seus secretários, cardeais e futuros candidatos à púrpura romana.

“[...] O pontificado de Bento XVI, cujos casos são por um lado o produto dos ‘anéis de luxúria’³⁴ que começaram a brilhar sob João Paulo II, opõe, na verdade, diversos clãs homossexuais que partilham a mesma homofobia” (MARTEL, 2019, p. 554). Os escândalos homossexuais revelados no governo de Bento XVI foram consequências do “fechar os olhos” de João Paulo II para o caso.

[...] a Igreja de Bento XVI é com efeito, e talvez culpada, no conjunto desses processos. Sabe-se, com efeito, que todos os casos de abusos sexuais, como fora querido por Joseph Ratzinger, desde a década de 1980, subiam à Congregação para a Doutrina da Fé, onde eram tratados. Uma vez que Joseph Ratzinger foi prefeito desse <ministério> e depois papa, teve, por conseguinte, esse dossier a seu cargo entre 1981 e 2013, ou seja, durante mais de trinta anos (MARTEL, 2019, p. 597).

Além disso, podemos acrescentar que foi o resultado do trabalho realizado pelos secretários do papa polaco e, porque não, do exercício de Bento XVI quando era cardeal na Congregação para Doutrina da Fé, que fizeram com que tudo virasse uma “polêmica”, mesmo com a divulgação dos casos pela mídia. Assim como no governo antecessor, Bento XVI comete o erro de não reconhecer que a pedofilia é um grande problema.

Enquanto João Paulo II está preocupado com o comunismo e seus secretários escondendo os casos de abusos, o papa Bento XVI acreditava, seguindo o raciocínio de seu secretário de Estado, que o problema da pedofilia está enraizado na homossexualidade. Em sua visão, combatendo a homossexualidade estaria combatendo a pedofilia, não aceitando que o problema está na estruturação da própria igreja: “[...] subestimam ali o único verdadeiro

³⁴ Refere-se ao subcapítulo que o escritor deu ao capítulo que fala sobre o governo do papa João Paulo II.

problema do Vaticano: a sua matriz intrinsecamente homossexual” (MARTEL, 2019, p. 595). A Igreja precisa reconhecer a presença da homossexualidade no seu interior, uma vez que muitos dos seus funcionários se relacionam com pessoas do mesmo sexo.

O reconhecimento da homossexualidade provocaria uma desconstrução hierárquica, estrutural e uma mudança de discurso. A caçada aos *gays* seria uma estratégia muito perigosa, mesmo havendo, desde o papado de João Paulo II, a construção de armadilhas para si mesmo, pois, “[...] 80% do clero é homossexual” (GUSMÃO, 2023, p. 229). É interessante observar que, mesmo a configuração administrativa da instituição católica sendo formada em sua maioria por homossexuais, eles conseguiram construir armadilhas perigosas, estratégias que condenam a si mesmos.

O governo de Bento XVI foi marcado por várias denúncias, pelo silêncio e por poucas atitudes concretas no combate à pedofilia; mas era veemente no combate à homossexualidade o que não resolveu os casos de abusos sexuais. A mídia divulgava os escândalos, mas a igreja não tomava a atitude de denunciar os casos e de expor os pedófilos, tema que passa a ser debatido apenas no pontificado de Francisco.

Jorge Mário Bergoglio, papa Francisco, é argentino, foi cardeal e arcebispo de Buenos Aires. Chega ao grau mais alto da estrutura da instituição católica, no ano de 2013; em meio aos escândalos de abusos sexuais a menores, corrupção dentro do Vaticano, uma perda constante de fiéis no mundo inteiro e uma Igreja cada vez mais fechada na burocracia e no poder.

O papa Francisco traz, no seu discurso e na sua prática, uma busca pela reparação e pela condenação dos casos de abusos sexuais cometidos por clérigos, ao longo dos anos. Percebe-se que seu pontificado não se trata de uma caçada anti-gay, mas sim daqueles que utilizam da estrutura da Igreja para se aproveitar de menores. Nesse sentido, verificamos uma mudança na cultura da Igreja, pois Francisco não mais esconde ou transfere sacerdotes abusadores, e sim os leva a investigação, denúncia e sanções aos crimes cometidos.

O combate aos abusos de menores dentro da Igreja não ficou só no discurso e nas homilias de Francisco. No ano de 2014, ele cria a Pontifícia Comissão para a Tutela dos Menores, a Tutela Minorum, encarregada de criar iniciativas que venham a proteger crianças, adolescentes e adultos vulneráveis contra clérigos abusadores. Sua estratégia é tornar o seu discurso cada vez mais eficaz e transparecer para os fiéis o que a Igreja Católica está fazendo para combater esse crime.

Diferentemente de outros clérigos, Francisco apoia a imprensa nas denúncias contra os casos, pois reconhece que eram adotadas por bispos, cardeais e papas não foram assertivas no que diz respeito ao combate desses abusos.

Hoje, também existem tantos ‘ungidos do Senhor’, homens consagrados, que abusam dos fracos, valendo-se do seu poder moral e de persuasão. Cometem abomínios e continuam a exercer o seu ministério como se nada tivesse acontecido; não temem a Deus nem o seu juízo, mas apenas serem descobertos e desmascarados. Ministros que dilaceram o corpo da Igreja, causando escândalos e desacreditando a missão salvífica da Igreja e os sacrifícios de muitos dos seus irmãos (GUSMÃO, 2023, p. 172). [...] Fique claro que a Igreja, perante estes abomínios, não poupará esforços, fazendo tudo o que for necessário para entregar à Justiça toda pessoa que tenha cometido tais delitos. A Igreja não procurará jamais dissimular ou subestimar qualquer um destes casos”, afirmou, enfatizando que essa “é a opção e a decisão de toda a Igreja (GUSMÃO, 2023, p. 173).

A estratégia administrativa do papa Francisco em falar abertamente, reconhecer os erros e incentivar que as denúncias ganhou repercussão e provocou inimizades no interior do Vaticano. Portanto, se ele não fosse ciente que seu papel é reformar internamente a Igreja não teria escolhido morar na Casa Santa Marta, onde também ficam hospedados outros sacerdotes, ao invés de residir no palácio pontifício.

Entre a missa com as vítimas, em 2014, e junho de 2022, o papa Francisco emitiu 15 documentos sobre o abuso sexual de menores. Nenhum pontífice enfrentou a questão com tanta intensidade e senso de urgência. O principal desses documentos é o motu próprio “Vos estis lux mundi” (“Vós sois a luz do mundo” em latim). O motu próprio (“iniciativa própria”) é um decreto emitido pelo papa, a partir de uma decisão pessoal, sem consulta prévia aos cardeais. A decisão tem força de lei na Igreja (GUSMÃO, 2023, p. 175).

Esse documento se trata de uma emenda do Código de Direito Canônico, Constituição do Vaticano, que fez alterações em alguns cânones, principalmente, no que se refere aos abusos, mesmo não sendo expresso na edição de 1983, atualmente utilizada na Igreja. A partir disso, passa a vigorar uma nova idade para ser considerado menor de idade, de 16 anos para 18 anos, quando vítimas do crime de pedofilia. Ademais, sancionou um período para investigação de casos que vai até 90 dias, desde a abertura do processo até a penalidade, caso seja comprovado o abuso.

As medidas adotadas por Francisco nos fazem reconhecer que a Igreja mudou de comportamento, pelo menos no que se refere à esfera executiva, perante os casos de abusos sexuais a menores. No entanto, ao analisarmos os demais pontificados, observamos que os casos

não aconteceram somente dentro do Estado do Vaticano, mas em toda localidade que a Igreja estava presente³⁵.

Muitos dos escândalos poderiam ser evitados se os bispos tivessem feito o seu trabalho da maneira que deveria ser: não encobrindo os padres e não transformando uma questão delicada em um mero momento de fraqueza. A não transmissão dos casos ao processo burocrático proporcionou uma avalanche de ações que não foram punitivas e sim destrutivas para a vida de diversas crianças. Ao esconderem e negligenciarem os abusos, os bispos, núncios e cardeais demonstram que, talvez, tenham medo de que sua orientação homossexual seja revelada, mesmo que essa sexualidade nada tenha a contribuir com a pedofilia, era uma visão propagada pela Igreja.

As leis promovidas pelo papa Francisco só serão efetivadas se ele contar com a colaboração dos seus aliados: bispos, cardeais e secretários pontificais. Isso porque, ao longo dos papados anteriores, acobertar era a lei que vigorava dentro do clero, e “[...] cada bispo é autônomo. Na Igreja Católica essa questão hierárquica é bem clara, e ele tem que tomar a decisão. O poder está na mão do bispo no sentido positivo, mas também pode se tornar negativo” (GUSMÃO, 2023, p. 2000). Nesse sentido, os casos encobertos estão mais ligados ao posicionamento dos bispos do que do próprio Vaticano.

Em relação aos abusos, o pontificado de Francisco não está só focado em punir o abusador, mas também está preocupado em cuidar do abusado: “[...] O papa Francisco é famoso por suas proclamações de tolerância zero, que dão a ideia de uma vontade efetiva de não livrar o Vaticano de suas responsabilidades para com as vítimas” (GUSMÃO, 2023, p. 188). Escutar as vítimas se tornou um caminho para que a Igreja assuma sua responsabilidade diante dos casos, intervindo de modo a amenizar as consequências provocadas pelo abuso: “[...] A *Tutela Minorum* é formada por 16 membros, divididos em três grupos ou conselhos. O brasileiro atua no de escuta e cuidado, cuja meta é fazer com que as vítimas de abuso por clérigos sejam ouvidas no âmbito eclesial” (GUSMÃO, 2023, p. 200).

Nesse contexto, saímos de uma Igreja de um cenário de negação dos casos, partindo para um perfil administrativo que reconhece, denuncia e puni os padres pedófilos, isto é, uma Igreja que passou a procurar soluções para o problema. As ações partem do processo de escolha de seus futuros padres, limitando a participação de jovens que tenham uma tendência enraizada à homossexualidade ao sacerdócio; dedicação à formação dos futuros padres, a partir de cursos,

³⁵ Cabe ressaltar que a pedofilia não é um crime restrito à Igreja, esse crime pode acontecer nos demais órgãos, entidades e até mesmo no seio familiar. A diferença é que demorou para reconhecer seus erros e agir contra eles.

acompanhamento psicológico e análise comportamental de seus candidatos, pois uma das características dos pedófilos é se esconder atrás do poder que a Igreja lhe confere.

4.4 Os padres pedófilos em Arapiraca-AL

Em 11 de março de 2010, a cidade de Arapiraca ganhou destaque nos jornais nacionais e internacionais, após a divulgação de uma reportagem do programa Conexão Repórter, da rede SBT, sob a organização de Roberto Cabrini. O repórter recebeu uma cópia de um vídeo de atos sexuais entre um padre e um jovem, com cenas gravadas em janeiro de 2009, que representavam uma história marcada por dinheiro, sofrimento e escândalo para o segmento religioso da cidade.

As imagens de sexo oral entre o monsenhor Luiz Barbosa Marques (82 anos) e o jovem Fabiano da Silva Ferreira (19 anos) circulavam pela cidade, nas bancas dos camelôs de CD e DVD que reproduziram as imagens e comercializavam de modo avassalador. Fabiano era um ex-coroinha da paróquia de São José, local que o monsenhor tinha administrado por mais de 20 anos. O jovem acusava o padre por abuso sexual quando ainda tinha 12 anos.

As cenas foram gravadas de forma escondida por Fabiano, Anderson Farias Silva e Cícero Flávio Vieira Barbosa que acusavam não somente ao monsenhor, mas a dois outros padres: Edilson Duarte e monsenhor Raimundo Gomes do Nascimento. Esses jovens decidiram gravar o ato, pois muitas pessoas próximas não acreditavam no que eles estavam falando. Antes das cenas serem divulgadas para a imprensa e para a população já tinham sido apresentadas aos padres e aos seus advogados para obter dinheiro.

Anderson acusava o monsenhor Raimundo por abuso sexual quando era seu coroinha, aos 12 anos de idade. O Monsenhor Raimundo, que era conhecido na cidade e na diocese de Penedo por seu comportamento conservador, chegou a ser vigário geral diocesano, durante a vacância do bispo (1994-1997)³⁶. Foi transferido de Penedo, cidade sede da diocese para Arapiraca, em decorrência das acusações de abusos sexuais. As imagens chegaram ao Conexão Repórter, através de um comerciante que investigava o monsenhor Raimundo, mas precisava de provas suficientes, pois sua família, segundo ele, era perseguida pelo sacerdote.

O Padre Edilson também foi acusado por Anderson, que comprovou os abusos por meio de imagens do sacerdote só de cueca, convidando-o para troca de afetos. Na reportagem, os três sacerdotes foram entrevistados e negaram e/ou não confirmaram as situações de abuso a ex-

³⁶ Período em que a diocese fica sem bispo por renúncia, morte ou transferência, enquanto é nomeado um novo bispo para diocese.

coroinhas quando eram menores de idade. A diocese, em nome de Dom Valério Breda, emitiu a seguinte nota:

A princípio, cabe o esclarecimento de que somente com a veiculação do programa televisivo “Conexão Repórter”, da Emissora SBT, em 11 de março de 2010, apresentando denúncias e identificando os envolvidos, foi que a Diocese tomou conhecimento daqueles fatos. Reiteramos nossa irrestrita e veemente reprovação de toda conduta escandalosa e possivelmente criminosa do MONS. LUIZ MARQUES BARBOSA, e pela parte que individualmente couber aos demais acusados, do MONS. RAIMUNDO GOMES NASCIMENTO e do PADRE EDILSON DUARTE, do Clero desta Diocese, supostamente envolvidos em atos de abuso ou constrangimento sexual contra terceiros, dentre eles possivelmente menores. Entristece-nos e humilha-nos pensar na situação dramática das possíveis vítimas e da Igreja escarnecida e vilipendiada a causa do comportamento imoral de quem deveria ser mestre de fé e de conduta ilibada. A reportagem televisiva veiculada no mundo inteiro expôs à pública execração o pecado revoltante, que clama por justiça e por inadiável e radical purificação e conversão. Sentimos ainda mais dilacerante e urgente o apelo por justiça e por reparação, caso seja confirmada a acusação de abuso ou constrangimento sexual contra menores pelos padres citados. Se há jovens vítimas, a Igreja se posiciona incondicionalmente ao lado deles (CBB, 2010)³⁷.

Mesmo a diocese alegando que só estava ciente da situação através da reportagem sobre as acusações, o advogado das vítimas confirma que o bispo estava ciente, desde o ano de 2008, momento em que foi procurado e teve acesso às provas, as quais ele se recusou a assistir. Durante a investigação, a diocese suspendeu os direitos eclesiásticos dos acusados.

Nesse período, firmou-se um acordo, assinado pelos envolvidos para que houvesse um silenciamento sobre a questão e que as imagens e os vídeos fossem tirados de circulação mediante o pagamento de pouco mais de 32 mil reais. Cícero Flávio, em reportagem, afirma ter recebido pelo menos 30 mil reais, mas que além das cópias das gravações que foram entregues ao monsenhor Luiz Marques, ele guardou uma como forma de segurança e proteção para acusações futuras.

Após a reportagem, foram abertos os processos de investigação sobre os acusados através da polícia civil. Nesse contexto, estava tramitando, no Brasil, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado Federal que apurava casos de pedofilia praticada pela por meio da *internet*, desde 2008. Pela relevância do caso, a pedofilia praticada pelos padres chamou a atenção dos senadores que integravam a comissão. Com isso, decidiram ir à Alagoas para investigar o caso.

No relatório final, no tópico que trata de Arapiraca, a CPI listou as vítimas dos sacerdotes e por quem elas foram abusadas:

- Cícero Flávio Vieira Barbosa: afirmou ter sido abusado pelos monsenhores Luiz e Raimundo;

³⁷ Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/bispo-de-penedo-divulga-segunda-nota-sobre-o-caso-dos-padres-acusados-de-pedofilia-em-arapiraca/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

- B.J.N.L. (12 anos): afirmou que o padre Edilson tirou uma fotografia sua durante a confissão, tentando beijá-lo e agarrá-lo;
- Fabiano da Silva Ferreira: afirmou ter sofrido abuso continuado por parte do monsenhor Luiz Marques Barbosa;
- Anderson Farias Silva: afirmou ter sofrido abuso praticado pelo monsenhor Luiz Marques Barbosa (e que este chegou a pagar seus estudos) (GUSMÃO, 2023, p. 127).

Em 19 de setembro de 2011, o caso foi concluído, sendo que o monsenhor Luiz Marques foi condenado a 21 anos de prisão, por crime de estupro de vulnerável; o monsenhor Raimundo e o padre Edilson foram condenados a 16 anos e 4 meses de prisão. No entanto, os sacerdotes puderam recorrer às sentenças em liberdade. Em 2014, o monsenhor Raimundo faleceu aos 57 anos acometido por um acidente vascular cerebral (AVC).

Outra questão pertinente desse processo foi a indenização requerida por Anderson, Fabiano e Cícero Flávio que cobravam “[...] até o fim de 2022, indenização por danos morais da Diocese de Penedo e dos três religiosos. Na decisão do juiz Giovanni Alfredo de Oliveira Jatubá, da 6ª Vara de Arapiraca, constava o valor da ação: R\$ 3 milhões (GUSMÃO, 2023, p. 128). No entanto, a sentença não foi decretada e a diocese não pagou.

A partir desses casos, verificamos que a Igreja continuava com a prática de transferir os sacerdotes quando eles praticavam atos criminosos. Como foi o caso de monsenhor Raimundo que tinha sido transferido de Penedo para Arapiraca, por envolvimento em abuso sexual. Ademais, o dinheiro continuava a ser usado como um instrumento de poder para comprar o silêncio das vítimas. O Padre Edilson disse que

[...] Cheguei até a colocar um colchão e só fiz sexo oral no Fabiano. Depois, dei dinheiro, uma gratificação que quis dar, porque ele pediu. Fiquei um bom tempo sem vê-lo. Cerca de um ano depois, Fabiano mais uma vez me procurou para buscar livros para fazer um trabalho sobre Getúlio Vargas — o livro está com ele até hoje —, e fizemos sexo oral (GUSMÃO, 2023, p. 123).

Sobre a acusação do monsenhor Luiz Marques, ele pagou os estudos de Anderson Farias, rapaz que lhe o acusava de abuso. Essa atitude se repetiu no Brasil e em outros países. Cabe ressaltar que não estamos culpabilizando a Igreja por essas situações, mas sim, demonstrando como esses indivíduos pensavam, “compensando” as vítimas com objetos materiais e/ou dinheiro, uma vez que esses menores advinham de uma realidade familiar humilde.

Figura 20 - Monsenhor Luiz Marques, Pe. Edilson Duarte e monsenhor Raimundo

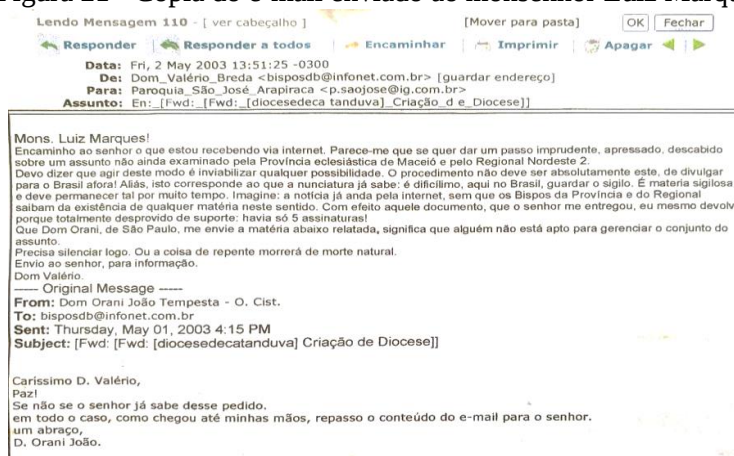


Fonte: Gazeta Bahia (2010)³⁸

4.5 O e-mail

Todo o percurso que fizemos neste trabalho se deu a partir do *e-mail* que o bispo, Dom Valério, enviou ao monsenhor Luiz Marques. Não se trata de um simples *e-mail*, compreendemo-lo como um registro histórico que também evidencia elementos comportamentais. Segue o *e-mail* na íntegra:

Figura 21 - Cópia do e-mail enviado ao monsenhor Luiz Marques



Fonte: arquivo pessoal do autor (2018).

O bispo afirma que o monsenhor foi imprudente em divulgar a informação para os fiéis, mesmo que não tenha sido ele a enviar para o Dom Orani, bispo da diocese de Catanduva-SP e sim um fiel que havia sido convidado a constituir as reuniões do processo de criação diocesana. Ao chamar o monsenhor de imprudente, provocou-lhe o ímpeto de continuar no processo, afinal, ser considerado imprudente significa que ele estava entrando numa seara que não lhe competia e isso estava causando incômodo a alguém, neste caso, ao bispo.

³⁸ Disponível em <<https://agazetabahia.com/noticias/geral/394/os-tres-padres-de-arapiraca-sao-condenados-a-prisao-por-pedofilia-20-12-2011/>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Dom Valério não estava satisfeito com a postura do monsenhor, pois ele vinha conquistando um amplo espaço de poder, além de que se Arapiraca se desligasse da diocese de Penedo, Valério perderia uma principais cidades do seu território diocesano, economicamente falando.

Quando o bispo chama o padre de apressado, significa que ele passou à sua frente na divulgação do projeto, ou seja, ele fez um trabalho que competia a outra pessoa - o bispo -, pois a comunicação entre as dioceses e o esclarecimento de diversos assuntos são atribuições do bispo e não do padre. Portanto, Dom Valério deveria ser o primeiro a concordar ou discordar do projeto.

Nesse sentido, o bispo, possivelmente, sentiu-se desrespeitado em relação à hierarquia da Igreja, pois o monsenhor fez com que o assunto se alastrasse de modo que os verdadeiros interessados, ou os primeiros consultados fossem deixados em segundo plano. O padre não soube conter a sua motivação e os seus interesses, trabalhando de maneira afrontosa perante a organização administrativa religiosa.

A partir dessa fonte, analisamos o comportamento do bispo Dom Valério em não ter divulgado e/ou falado com os demais bispos de Alagoas e do Regional Nordeste 2. Ele mesmo demonstrava que não concordava com o projeto, pois, se fosse concretizado, alteraria toda a organização administrativa da diocese. Assim, a diocese de Penedo poderia enfrentar dificuldades para se manter e para ter os seus próprios padres, uma vez que alguns poderiam migrar para a nova diocese, em Arapiraca.

Figura 22 - Notícia sobre a criação da diocese de Arapiraca



Fonte: Jornal desconhecido (arquivo pessoal) (2018).

Em matéria veiculada, comenta-se que essa proposta tinha sido aceita pelos bispos de Alagoas, inclusive, por Dom Valério: “[...] O movimento conta com o apoio dos bispos Dom Fernando Iório, de Palmeira dos Índios; Dom Valério Breda, de Penedo; e Dom José Carlos, de Maceió” (JORNAL DESCONHECIDO). No entanto, compreendemos que Dom Valério dificultou a criação da diocese de Arapiraca. Possivelmente, por perceber que sua autoridade eclesiástica poderia deixar de existir no município ou se reduzir a Penedo e a outras cidades integradas à diocese penedense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a minha formação superior, deparei-me com uma temática que me era familiar e, ao mesmo tempo, intrigante: a atuação da Igreja Católica na cidade de Arapiraca. Essa inquietação surgiu quando um professor me aconselhou a escolher um tema de pesquisa que proporcionasse prazer e interesse genuíno. Confesso que, inicialmente, tentei evitar essa sugestão, mas as circunstâncias me levaram à investigar essa área.

No entanto, ao mergulhar na história da Igreja Católica de Arapiraca, percebi que a minha ligação com o tema era mais profunda do que imaginava. Rememorei a minha experiência religiosa vivida enquanto adolescente, quando tive a oportunidade de ser coroinha da matriz da cidade, na Concatedral de Nossa Senhora do Bom Conselho. As conversas e discussões internas da igreja sobre a temática da criação de uma nova diocese permaneciam em minha memória, o que me impulsionou ainda mais a explorar essa área de estudo.

Contudo, as dificuldades surgiram à medida que avança na pesquisa. A falta de acesso a fontes relevantes, bem como o distanciamento geográfico das fontes disponíveis, configuraram-se em grandes obstáculos. Quando me aproximava do último ano da graduação, a urgência de encontrar um tema de pesquisa me fez optar por essa investigação, embora consciente dos desafios que enfrentaria.

Além das questões circunstanciais, a identificação com a temática foi um fator decisivo. Sentia uma ligação pessoal com o assunto e acreditava que essa pesquisa poderia trazer à tona uma parte relevante e pouco explorada da história local. Acreditava que a análise dos eventos que levaram à tentativa de criação de uma nova diocese poderia contribuir para uma compreensão mais abrangente dos contextos político, social e religioso da época.

Para superar os desafios, iniciei uma busca incansável por elementos que pudessem lançar luz sobre esse momento histórico da Igreja Católica, em Arapiraca. Inicialmente,

procurei no arquivo diocesano de Penedo, mas a resposta se tornou um longo e angustiante processo de espera.

Entretanto, não desanimei e parti em busca de outras fontes. Nessa jornada, tive a oportunidade de entrevistar figuras-chave envolvidas na discussão da criação da diocese. A colaboração do bispo da época foi fundamental para entender o panorama das manifestações em prol desse objetivo. O deputado estadual Ricardo Nezinho, identificado como representante político local envolvido no processo, também cedeu seu tempo para contar um pouco sobre a sua participação.

Além disso, o contato com o professor Pereira, que embora não estivesse mais em Arapiraca - disponibilizou-se para gravar sobre o tema-, foi crucial para obtermos perspectivas adicionais sobre o movimento pró-criação diocesana. Contudo, o desafio de localizar e conversar com o monsenhor Luiz Marques Barbosa, devido à sua idade avançada e à pandemia de Covid-19, mostrou-se complexo, mas consegui obter valiosos documentos produzidos na época em que ele integrou a comissão pró-diocesana de Arapiraca.

Esta dissertação representa uma importante contribuição para a história local. A investigação minuciosa dos eventos que cercaram a tentativa de criação de uma nova diocese conduziu a explorar não apenas o aspecto religioso, mas também de questões políticas, sociais e econômicas que permeavam o contexto da época.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que essa história não se limita apenas à esfera religiosa, mas também está intrinsecamente conectada a relações de poder e autoridade. As entrevistas revelaram perspectivas distintas dos envolvidos, permitindo-nos compreender motivações diversas que levaram ao movimento pró-criação diocesana.

Nesse sentido, este trabalho promove uma reflexão sobre o papel do historiador e a construção da narrativa histórica. A seleção de informações e o recorte temporal são elementos essenciais para a compreensão dos eventos, e a abordagem utilizada considerou o contexto em que os fatos ocorreram, rememorando narrativas seletivas e subjetivas que foram essenciais para entender o período estudado.

Esta dissertação representa apenas o início de um caminho de pesquisa, e acredito que os questionamentos apresentados podem inspirar novos estudos e investigações sobre essa temática. Tenho esperança de que este trabalho estimule outros pesquisadores a explorar temas inéditos, resgatando e dando voz a eventos, muitas vezes, esquecidos e/ou negligenciados pela história.

Reafirmo que a busca pelo conhecimento histórico é uma jornada constante, repleta de desafios e descobertas. Assim como a fé, a história nos convida a buscar a verdade e

compreender a complexidade da condição humana, possibilitando uma reflexão mais profunda e contextualizada de nossa trajetória como sociedade e indivíduos. Assim, espero que essa pesquisa contribua para um olhar mais atento e crítico sobre nosso passado, permitindo-nos construir um futuro mais consciente e informado.

Diante da narrativa apresentada sobre o *e-mail* enviado pelo bispo ao padre da paróquia de São José, várias indagações e questionamentos emergiram, abrindo caminhos para uma análise mais profunda da relação entre esses dois personagens e as circunstâncias que envolveram essa comunicação. Através de uma análise criteriosa das fontes e da história da correspondência, foi possível compreender a importância da carta como meio de comunicação no passado e como ela evoluiu para o *e-mail*, tornando-se um instrumento indispensável nos dias atuais.

A adoção do *e-mail* pela Igreja Católica, como parte de seu processo de modernização, possibilitou uma nova forma de interação entre seus membros, incluindo a troca de mensagens entre bispos e padres. No entanto, o *e-mail* também trouxe consigo desafios, como a rapidez nas comunicações e o distanciamento emocional que pode provocar devido à padronização e à impessoalidade das mensagens eletrônicas.

Por meio da análise de indícios e vestígios, como o *e-mail*, entrevistas, recursos da história oral e outros documentos relacionados, o historiador pode se aproximar do acontecimento, compreendendo-o em seu contexto e traçando conexões com o presente. O uso da memória e das experiências vividas pelos sujeitos também se torna relevante para uma construção mais próxima da realidade histórica.

Diante disso, a pesquisa histórica sobre esse episódio específico pode ser uma oportunidade para explorar as relações de poder na Igreja Católica, as mudanças na comunicação eclesial, ao longo do tempo, e os impactos da modernização tecnológica na instituição religiosa.

A investigação sobre o *e-mail* enviado pelo bispo ao padre, com suas reticências e não ditos, apresenta-se como um desafio instigante para compreender aspectos importantes da história da Igreja Católica e suas dinâmicas internas, bem como a evolução da comunicação no contexto eclesial. Ao preencher essas lacunas e evidenciar indícios e testemunhos, o historiador pode trazer à tona eventos e significados que podem oferecer uma perspectiva valiosa para a compreensão da história e do passado vivido por esses personagens.

Nessa dissertação, apresentei a figura do bispo que, após sua morte, assume um lugar de destaque na memória coletiva da comunidade eclesial. Ele é lembrado por suas ações, ensinamentos e caráter exemplar, tornando-se uma figura de referência para aqueles que

buscam seguir os ensinamentos da Igreja. Suas virtudes e trajetória de vida são exaltadas e perpetuadas como um símbolo de santidade e dedicação ao serviço religioso.

Por meio do símbolo do bispo, os fiéis se conectam com o passado, encontrando inspiração para suas próprias jornadas espirituais. Suas histórias são contadas e recontadas, transmitidas de geração em geração, e cada nova narrativa contribui para a construção da memória coletiva da comunidade. Nesse processo, a memória se mescla ao imaginário, criando uma representação idealizada do bispo como um modelo a ser seguido.

Essa idealização do bispo como um tipo-ideal também se estende aos padres e fiéis, que buscam incorporar, em suas vidas, as características e valores atribuídos a essa figura sagrada. Essa busca pela identificação com o bispo falecido é uma forma de fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade religiosa e de reafirmar a fé no catolicismo.

No entanto, é importante ressaltar que a construção dessa memória coletiva não se dá de forma neutra. A seleção do que será lembrado e perpetuado pode ser influenciada por diversos fatores, como interesses institucionais, políticos e culturais. A memória é seletiva, e alguns aspectos da vida do bispo podem ser destacados ou omitidos de acordo com os propósitos da comunidade que o recorda. Além disso, a construção da memória coletiva está sujeita ao tempo e às mudanças culturais e sociais.

O significado atribuído ao bispo e às suas ações pode evoluir ao longo do tempo, refletindo as transformações na sociedade e na própria Igreja. O passado é revisitado no presente, e a memória coletiva é constantemente atualizada e reavaliada. Nessa perspectiva, o estudo da memória coletiva do bispo e sua influência na comunidade eclesial nos permite compreender as dinâmicas de construção de identidade religiosa e a forma como a narrativa do passado é utilizada para fortalecer a fé e a coesão social. O bispo se torna um símbolo vivo de valores e crenças, um exemplo a ser seguido e uma referência para a continuidade da trajetória da Igreja Católica.

Dessa forma, as entrevistas orais com os membros da comunidade religiosa se mostraram uma fonte fundamental para a compreensão desse processo de construção da memória coletiva. Através das falas dos entrevistados, é possível captar as percepções e significados atribuídos ao bispo e sua importância para a comunidade, bem como as influências que essa memória exerce no presente. Essa abordagem histórica possibilita uma análise mais profunda e contextualizada das dinâmicas religiosas e sociais que envolvem a figura do bispo e sua inserção na história da Igreja Católica.

Ademais, este trabalho também abordou as relações poder existentes entre o bispo e os fiéis. O conceito de “tipo-ideal” é explorado, mostrando como o bispo, enquanto representante

da instituição, exerce poder sobre os fiéis. A fé e o poder estão entrelaçados, e a figura do sacerdote é vista como um intermediário entre o mundo e Deus, com um papel importante na representação da divindade na humanidade.

Nesta pesquisa, utilizei a metodologia da História Oral para colher depoimentos de pessoas que estiveram envolvidas nesse movimento. As entrevistas com o bispo Dom Valério Breda, o monsenhor Luiz Marques Barbosa, o leigo José Pereira Neto e o deputado estadual Ricardo Nezinho permitiram obter relatos detalhados e experiências pessoais relacionadas ao assunto em estudo.

A História Oral revelou aspectos enriquecedores para a pesquisa, dando voz aos sujeitos que, muitas vezes, não são representados na história oficial. Através das entrevistas, é possível compreender diferentes perspectivas e percepções individuais sobre o evento em questão.

As entrevistas realizadas mostraram como o movimento pró-diocese de Arapiraca foi importante para a comunidade local, envolvendo diversas figuras da sociedade, incluindo líderes religiosos, políticos e membros da comunidade. Os relatos dos entrevistados contribuem para a compreensão do contexto histórico e das motivações por trás da busca pela criação da nova diocese.

A criação de uma nova diocese é uma decisão importante que afeta não apenas a estrutura eclesiástica, mas também a vida da comunidade católica local. Portanto, entender as motivações, os anseios e as perspectivas dos membros do movimento pró-diocese, em especial de seu líder, Monsenhor Luiz Marques, é fundamental.

O silêncio e a falta de comunicação por parte do presidente da comissão geraram questionamentos entre os membros do movimento. Por que Monsenhor Luiz não informou os outros integrantes sobre o desfecho da entrega do documento? O que teria motivado esse silêncio? Essas são questões importantes que precisam ser investigadas para compreender as nuances e possíveis motivos que levaram a essa situação.

Uma hipótese para o silêncio de Monsenhor Luiz Marques Barbosa pode estar relacionada à complexidade do processo de criação de uma nova diocese. Talvez o presidente da comissão preferisse aguardar um retorno oficial da nunciatura apostólica antes de comunicar aos demais membros do grupo. Afinal, a avaliação e decisão sobre a criação de uma diocese envolvem diversas etapas e critérios, como a análise territorial, educacional, econômica e o interesse do bispo local, bem como o reconhecimento da província eclesiástica.

Ao analisar o *e-mail* enviado do bispo ao padre, verificamos uma tentativa de controlar a circulação de informações e evitar que o processo de criação da nova diocese de Arapiraca

ganhasse proporções maiores. O *e-mail* se tornou um símbolo dessa ação e da intenção de impedir que a história se desdobrasse de forma indesejada.

Ao analisar a postura do bispo, percebe-se que sua atitude foi potencialmente prejudicial à memória do grupo e da ação que buscava a criação da nova diocese. O esquecimento intencional, como ferramenta de controle, demonstra o interesse em proteger a imagem em detrimento da história e da memória coletiva. O bispo considerou o padre imprudente por divulgar informações para os fiéis, mesmo que não tenha sido ele o responsável por enviá-las para o bispo da diocese de Catanduva-SP. Essa consideração causou ímpeto no monsenhor em continuar no processo de criação da diocese.

Dom Valério não havia divulgado ou falado com os demais bispos de Alagoas e do Regional Nordeste 2 sobre a proposta de criação da diocese de Arapiraca. Isso pode ser interpretado como um indício de que o bispo não estava aceitando essa proposta, pois poderia afetar seu posicionamento administrativo e econômico, uma vez que Penedo-AL perderia uma das principais cidades que geravam receitas significativas.

A notícia veiculada sobre a criação da diocese de Arapiraca mencionava o apoio de Dom Valério e de outros bispos de Alagoas. No entanto, a análise do *e-mail* sugere que o bispo possivelmente impossibilitou a criação da nova diocese, percebendo que sua autoridade eclesiástica poderia ser reduzida e seu território de poder seria alterado, o que acarretaria em dificuldades na manutenção da diocese de Penedo.

Essa trama evidencia a complexidade dos interesses e poderes envolvidos na criação da diocese de Arapiraca. O conflito entre Dom Valério e o Monsenhor Luiz Marques revela as tensões internas da Igreja e o embate por influência e controle sobre as decisões. A história desse episódio específico demonstra como o silêncio e o esquecimento podem ser utilizados como estratégias de poder, mas também ressalta a importância da memória e do resgate das histórias silenciadas.

Como ponto de partida para futuras pesquisas, este trabalho abre caminho para a análise mais aprofundada dos processos de criação de dioceses em outras regiões do país, bem como para a investigação das estratégias de poder e controle utilizadas pelas instituições religiosas ao longo da história.

Em última análise, a trama da criação da diocese de Arapiraca é um exemplo das complexidades da história, das tensões sociais e das disputas de poder que permeiam as instituições e as relações humanas. Através da análise desses acontecimentos, podemos compreender as dinâmicas sociais e históricas que moldam as comunidades e as instituições, permitindo-nos refletir sobre o passado e compreender o presente.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. V. **Reseña**: Alain Corbin, Historia del Silencio. Trad. Jordi Bayod. 4 ed. Colección: El Acantilado, 390. ISBN: 978-84-17346-72-0.

ALVES, M. C. S. O. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: **Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal**. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Berüand Brasil, 1998, p. 7-16.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v.16, n.44, 2002.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, T. C. **Discursos ultramontanos no Brasil no século XIX**: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Tese de doutorado em história. Rio de Janeiro, 2016.

COLLIOT-THELENE, C. **Max Weber**: entre a Paixão e a Razão. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

D'ASSUNÇÃO, J. Koselleck: a história dos conceitos e as temporalidades. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, v.18, n.35, 2016.

DOSSE, F. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador - entre Esfinge e Fênix. Trad. de Constância Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FÉLIX, L. O. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRO, M. **A história vigiada**. Trad. Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** 4 ed. Trad. Antônio Fernando Caçais e Eduardo Cordeiro, Lisboa: Veja/Passagens, 2002.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia históricas. São Paulo: Schwarcz, 1989. GOMES, Â. C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUSMÃO, F. **Pedofilia na Igreja**: um dossiê inédito sobre casos de abusos envolvendo padres católicos no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Máquina de Livros, 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Editora Centauro, 2013.

MARIA NETA, F. M.; PEIXOTO, J. A. **Fragmentos da história de Alagoas**: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019, 228p.

NORA, P. Entre memória e a história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v.10, 1993.

OLIVEIRA, M. E. **ORKUT**: o impacto da realidade da infidelidade virtual. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação de Psicologia. Rio de Janeiro, 2007.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.29, p. 9-27, 1995.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: autêntica, 2008.

PUNTEL, J. T. A Igreja a caminho na comunicação. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v.41, n.2, p. 221-242, 2011.

ROCHA, G. A imaginação e a cultura. **Revista Teoria e Cultura**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF, v.11, n.2, 2016.

SANTOS, D. A. **Arapiraca no estado de Alagoas**: história, discurso e (arte) fatos na invenção da terra do fumo (1950-1990). Dissertação de mestrado em História. Cristóvão, 2020.

SILVA, G. M. R. **Os meios de comunicação na igreja católica**: novos rumos e uma canção nova. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo). Rio de Janeiro, 2009.

SOUSA, A. L. **O Eclipse de um Farol**: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristóvão: Editora da UFS. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

WEBER, M. Método da Ciência Social. In: **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, editora S.A, 1982.

WEBER, M. **Sociologia**. Organização de Gabriel Cohn. 3 ed. São Paulo: Ática, 1986.

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX**: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

FONTES CONSULTADAS

ARRUDA, R. **Imprensa descobre Arapiraca**. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/imprensa-descobre-arapiraca/>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

DIOCESE DE PENEDO. **Bispos**. Disponível em: <<https://diocesedepenedo.webnode.page/bispos/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

DUARTE, L. E. **O capelão na capelania da polícia militar: funções pastorais**. Disponível em: <<https://artigos.etc.br/o-capelao-na-capelania-da-policia-militar-funcoes-pastorais.html>> Acesso em: 26 jul. 2022.

GONÇALVES, R. **Monsenhor Luiz é homenageado em Arapiraca**. Disponível em: <<https://www.alagoas24horas.com.br/797243/monsenhor-luiz-marques-e-homenageado-em-arapiraca/>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

NOVA ESCOLA. **Um pouco sobre a História da Carta**. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/atividade-para-impressao-historia-da-carta-lpo4-01sqa01.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PADRE FONSECA. **Morte de dom Valério**. Arapiraca-AL. 17 jun. 2020. Instagram: @padrefonseca. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBj18f0AD0T/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PORTAL G1 AL. **Dom Valério Breda é internado em hospital de Maceió**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/04/15/bispo-dom-valerio-breda-e-internado-em-hospital-de-maceio.ghtml>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

ROBSON CAMPOS. **Dom Valério Breda**. Olho D' água das Flores-AL. 16 jun. 2020. Instagram: @robsoncampos_15. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBgC9lelU42/>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SEPREV ALAGOAS. **Dom Valério Breda**. Maceió-AL. 16 jun. 2020. Instagram: @seprev.alagoas. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBgD2A7pamX/>> Acesso em: 25 mar. 2022.

SILVA, M. P. **Entrevista com dom Valério Breda**. Arquivo pessoal. Arapiraca, 2018.

SILVA, M. P. **Entrevista com Monsenhor Luís Marques**. Arquivo pessoal. Arapiraca, 2018.

SILVA, M. P. **Entrevista com professor Pereira**. Arquivo pessoal. Arapiraca, 2018.

SILVA, M. P. **Entrevista com Ricardo Nezinho**. Arquivo pessoal. Arapiraca, 2018.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS - JOSÉ PEREIRA NETO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Campus I – Coordenação do Curso de História

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, José Pereira Neto

nascido em 22/ julho /1964 estado civil Casado,
 residente Rua e domiciliado no endereço Prof. Guedes de Miranda, fone.
Maceió - Alagoas, cidade/UF Alagoas declaro ceder a Marcos Ponciano da
 Silva, graduando do curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, sem quaisquer
 restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos
 autorais do depoimento (áudio) e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental
 que prestei ao meu Trabalho de Conclusão de Curso "Arapiraca: autonomia política e submissão
 eclesiástica".

A Uneal fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins
 acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a
 terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e
 indicação da fonte e autor.

ARAPIRACA, 24 de Abril de 2018

José Pereira Neto

Assinatura do depoente

ANEXO B – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS - VALÉRIO BREDÁ



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Campus I – Coordenação do Curso de História

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, Valério Breda

nascido em 24/ janeiro / 1945, estado civil Solteiro,
 residente e domiciliado no endereço
Ildefonso, 519 Penha - Alagoas,
 cidade/UF _____

declaro ceder a Marcos Ponciano da Silva, graduando do curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento (áudio) e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que prestei ao seu Trabalho de Conclusão de Curso "Arapiraca: autonomia política e submissão eclesiástica".

A Uneal fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

ARAPIRACA, 14 de Março de 2018

Valério Breda

Assinatura do depoente

ANEXO C – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS - RICARDO NEZINHO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Campus I – Coordenação do Curso de História

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, Ricardo Nezinho

nascido em 15/ Setembro /1967, estado civil Casado,
residente e domiciliado no endereço

Rua Vereador Domingos Vital
cidade/UF Arapiraca - AL

declaro ceder a Marcos Ponciano da Silva, graduando do curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento (áudio) e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que prestei ao seu Trabalho de Conclusão de Curso “Arapiraca: autonomia política e submissão eclesiástica”.

A Uneal fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

ARAPIRACA, 08 de Abril de 2018

Assinatura do depoente